

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil com sede na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, 1.343 em São Paulo – SP.

A Sociedade tem por atividade a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP (“Ultragaz”), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas (“Ipiranga”), na produção e comercialização de produtos químicos (“Oxitenó”), na prestação de serviços de armazenagem de grãos líquidos (“Ultracargo”) e, a partir de 31 de janeiro de 2014, no comércio de medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos, por meio da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. (“Extrafarma”) - vide nota explicativa nº 3.a. Para maiores informações sobre os segmentos vide nota explicativa nº 29.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda funcional da Sociedade.

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a. Apuração do resultado

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos e outras deduções, se aplicável.

A receita de vendas de combustíveis e lubrificantes é reconhecida quando os produtos são entregues aos postos de serviços e aos grandes consumidores. A receita de vendas de GLP é reconhecida quando os produtos são entregues aos clientes em domicílio, aos revendedores autônomos e aos clientes industriais e comerciais. A receita de vendas de medicamentos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores finais nas drogarias próprias e quando são entregues aos revendedores independentes. A receita de vendas de produtos químicos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores industriais, levando-se em consideração a modalidade de frete da entrega. A receita de serviços prestados de armazenagem é reconhecida em função da realização dos serviços. Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados incluem os custos de mercadorias (principalmente combustíveis, lubrificantes, GLP e medicamentos), custos de matérias-primas (produtos químicos e petroquímicos) e os custos de produção, distribuição, armazenamento e envasamento.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Vide nota explicativa nº 4 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Sociedade e suas controladas.

c. Ativos financeiros

Conforme o *International Accounting Standards* (“IAS”) 32, IAS 39 e IFRS 7 (CPC 38, 39 e 40(R1)), os ativos financeiros da Sociedade e suas controladas são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- Mensurado ao valor justo por meio do resultado: ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo, e derivativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado.
- Mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a entidade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- Disponíveis para venda: ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não foram classificados em outras categorias no reconhecimento inicial. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado caso ocorra sua liquidação antecipada.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- Empréstimos e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos ou recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercados ativos, exceto: (i) aqueles que a entidade tem intenção de vender imediatamente ou no curto prazo, e os que a entidade classifica como mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) os classificados como disponíveis para venda; ou (iii) aqueles cujo detentor pode não recuperar substancialmente seu investimento inicial por outra razão que não a deterioração do crédito. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidos no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Empréstimos e recebíveis incluem caixa e bancos, contas a receber de clientes, dividendos a receber e demais contas a receber.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, aplicando os conceitos descritos a seguir:

- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de valor justo: instrumento financeiro derivativo utilizado para a proteção da exposição às mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado da entidade. No momento da designação inicial do *hedge* de valor justo, o relacionamento entre o instrumento de proteção e o item objeto de *hedge* é documentado, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos, a estratégia na condução da transação e os métodos que serão utilizados para avaliar sua efetividade. Uma vez que o *hedge* de valor justo tenha sido qualificado como efetivo, também o item objeto de *hedge* é mensurado a valor justo. Os ganhos e perdas do instrumento de proteção e dos itens objeto de *hedge* são reconhecidos no resultado. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando o *hedge* se tornar inefetivo.
- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de fluxo de caixa: instrumento financeiro derivativo utilizado para mitigar a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco associado a um ativo ou passivo ou transação altamente provável que possa afetar o resultado. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”, enquanto a parcela ineficaz é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reclassificado para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado ou como custo inicial do ativo não financeiro, na mesma rubrica da demonstração em que o item objeto de *hedge* é reconhecido. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando (i) a Sociedade cancela a relação de *hedge*; (ii) o instrumento de *hedge* vence; e (iii) o instrumento de *hedge* não se qualifica mais como contabilidade de proteção. Quando a contabilidade de proteção é descontinuada, os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado. Caso a transação prevista como item objeto de *hedge* seja cancelada ou não se espera que ela ocorra, os ganhos e perdas acumulados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido devem ser reconhecidos imediatamente no resultado.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior: instrumento financeiro derivativo utilizado para a proteção da exposição dos investimentos líquidos em controladas no exterior em decorrência da conversão da demonstração financeira em moeda funcional local para a moeda funcional da Sociedade. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão”, enquanto a parcela ineficaz e o custo da operação são reconhecidos no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reconhecido no resultado quando da alienação da operação no exterior.

Para maiores detalhes dos instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas, vide notas explicativas nº 4, 14 e 30.

d. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado ajustado ao valor presente, se aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Sociedade e de suas controladas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas perdas estimadas, sendo seu montante considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber (vide notas explicativas nº 5 e 30 – Risco de crédito de clientes).

e. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor (vide nota explicativa nº 6). No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente relacionados com as unidades produzidas baseados na capacidade normal de produção. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços gerais de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. São considerados nessas estimativas, eventos subsequentes relacionados à flutuação de preços e custos, se relevantes. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada periodicamente e inclui produtos, materiais ou bens que (i) não atendem à especificação da Sociedade e suas controladas, (ii) tenham expirado a data de validade ou (iii) possuam baixa rotatividade. Esta classificação é feita pela administração com o apoio da equipe industrial e de operações.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais.

Uma controlada é uma investida na qual o acionista tem direito aos seus retornos variáveis e tem a capacidade de interferir nas suas atividades financeiras e operacionais. Normalmente, a participação societária em uma sociedade controlada é superior a 50%.

Os investimentos em sociedades coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas (vide nota explicativa nº 11).

Uma coligada é uma investida na qual um acionista tem influência significativa, ou seja, tem o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, porém sem exercer o controle.

Um empreendimento controlado em conjunto é uma investida na qual os acionistas têm o direito aos ativos líquidos por conta de um controle em conjunto. Controle em conjunto é um acordo que estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da investida exigem o consentimento das partes que compartilham o controle.

Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias.

g. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como custos com manutenções relevantes de bens decorrentes de paradas de fábrica programadas e custos estimados para retirada por desativação ou restauração (vide notas explicativas nº 2.m e 19).

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 12, que levam em consideração a vida útil dos bens, que é revisada anualmente.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil dos bens.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

h. Arrendamento mercantil

- Arrendamento mercantil financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo à Sociedade e suas controladas. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento mercantil financeiro e os ativos arrendados são registrados no ativo não circulante no início do contrato pelo seu valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos nos respectivos contratos. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados e amortizados pelos prazos aplicáveis a cada grupo de ativo ou pelo prazo dos contratos, dos dois o menor, conforme as notas explicativas nº 12 e 13. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato de arrendamento, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva (vide nota explicativa nº 14.i).

- Arrendamento mercantil operacional

São operações de arrendamento mercantil que não transferem os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo e que não possuem opção de compra no final do contrato ou possuem opção de compra com valor equivalente ao valor de mercado do bem arrendado. Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como custo de produção ou despesa na demonstração de resultados, em bases lineares, pelo prazo do contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 31.c).

i. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros pela Sociedade e suas controladas, seguindo os critérios abaixo (vide nota explicativa nº 13):

- Ágios por expectativa de rentabilidade futura (“ágio”) são demonstrados líquidos de amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008, quando cessou sua amortização. Os ágios gerados a partir de 1 de janeiro de 2009 são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos da entidade adquirida, e são testados anualmente para verificar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios são alocados aos segmentos de negócios, os quais representam o nível mais baixo em que o ágio é monitorado pela Sociedade para fins de teste de recuperabilidade.
- Os desembolsos de bonificação previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores são registrados como fundo de comércio no momento de sua ocorrência e são amortizados linearmente conforme o prazo do contrato.
- Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como software, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 13, que levam em consideração sua vida útil, que é revisada anualmente.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A Sociedade e suas controladas não têm contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. A Sociedade e suas controladas possuem ágios e marcas adquiridas em combinação de negócios, que são avaliados como ativos intangíveis com vida útil indefinida (vide nota explicativa nº 13 itens i e vi).

j. Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente (vide nota explicativa nº 2.u).

k. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil financeiro e instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de proteção. Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado” ou “passivos financeiros mensurados ao custo amortizado”. Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos, bônus de subscrição e a passivos financeiros designados como itens objeto de *hedge* de valor justo no reconhecimento inicial (vide nota explicativa nº 2.c – *hedge* de valor justo). Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e custos de transação, líquidos das amortizações. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de financiamentos ou pela emissão de títulos de dívidas, bem como dos prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado em função da fluência do prazo dos mesmos, pelo método da taxa efetiva de juros (vide nota explicativa nº 14.j). Os custos de transação incorridos e diretamente atribuíveis à emissão de ações ou outros instrumentos patrimoniais são reconhecidos no patrimônio líquido e não são amortizados.

l. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas efetivas, considerando a parcela de incentivos fiscais. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Para maiores detalhes sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL, vide nota explicativa nº 9.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

m. Provisão para retirada de tanques

Corresponde à obrigação de retirar os tanques subterrâneos de combustíveis da Ipiranga localizados nos postos de sua marca após determinado prazo de utilização. O custo estimado da obrigação de retirada desses ativos é registrado como um passivo no momento em que os tanques são instalados. O custo estimado de retirada é acrescido ao valor do bem e depreciado durante a respectiva vida útil desses tanques. Os montantes reconhecidos como passivo são atualizados monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA até que o tanque relacionado seja retirado (vide nota explicativa nº 19). Um aumento no custo estimado de retirada dos tanques pode impactar negativamente os resultados futuros. O custo de retirada estimado é revisado anualmente ou quando ocorre mudança significativa no seu valor, sendo que as mudanças em relação ao custo estimado são reconhecidas no resultado quando se tornam conhecidas.

n. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos que possuam valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os valores são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 20 itens a, b).

o. Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, de acordo com o método do crédito unitário projetado (vide nota explicativa nº 18.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial” e apresentados no patrimônio líquido. Os custos dos serviços passados são reconhecidos no resultado.

p. Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos, e variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

q. Transações em moeda estrangeira

As transações da Sociedade e de suas controladas realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a sua respectiva moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto são convertidos pela taxa de câmbio da data das demonstrações financeiras. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado financeiro até a conclusão de cada transação.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

r. Base para conversão das demonstrações financeiras de controladas sediadas no exterior

Os ativos e passivos das controladas sediadas no exterior, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação da Sociedade (moeda Reais) e que possuem autonomia administrativa, são convertidos pela taxa de câmbio da data das demonstrações financeiras. As receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média de cada exercício e o patrimônio líquido é convertido pela taxa de câmbio histórica de cada movimentação do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão” e serão reconhecidos no resultado se esses investimentos forem alienados. O saldo registrado em outros resultados abrangentes acumulados e apresentado no patrimônio líquido referente ao ajuste acumulado de conversão, líquido dos efeitos de *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, em 2015 totalizou R\$ 66.925 de ganho cambial (R\$ 43.192 de ganho cambial em 2014).

As controladas sediadas no exterior, com moeda funcional diferente da Sociedade e que possuem autonomia administrativa, estão relacionadas abaixo:

<u>Controlada</u>	<u>Moeda funcional</u>	<u>País</u>
Oxiten México S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten Servicios Corporativos S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten Servicios Industriales S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten USA LLC	Dólar norte-americano	Estados Unidos
Oxiten Andina, C.A.	Bolívar	Venezuela
Oxiten Uruguay S.A.	Dólar norte-americano	Uruguai

A controlada Oxiten Uruguay S.A. (“Oxiten Uruguay”) determinou sua moeda funcional em dólar norte-americano (“US\$”), considerando que suas vendas e compras de mercadorias, bem como suas atividades de financiamento, são realizadas substancialmente nesta moeda.

A Venezuela é considerada um país de economia hiperinflacionária, conforme o IAS 29. Consequentemente, as informações financeiras da Oxiten Andina, C.A. (“Oxiten Andina”) estão sendo corrigidas monetariamente conforme o Índice de Preços ao Consumidor da Venezuela.

Em 10 de fevereiro de 2015, o Banco Central da Venezuela emitiu o Convênio Cambial nº 33 que alterou o mercado cambiário venezuelano, regulamentando os tipos de câmbio legalmente reconhecidos:

a) Oficial: o Bolívar (“VEF”) é negociado à taxa de 6,30 VEF/US\$ e é aplicável as operações de importação de bens de primeira necessidade (medicamentos e alimentos) canalizadas através do CENCOEX - *Centro Nacional de Comercio Exterior en Venezuela*;

b) SICAD - *Sistema Complementario de Administración de Divisas*: o Bolívar é negociado à taxa de 13,50 VEF/US\$, última cotação de 1 de setembro de 2015. Conforme o Convênio Cambial nº 25, somente algumas transações são permitidas, como por exemplo, importação de bens, pagamento de dividendos, entre outras operações.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c) SICAD-II: esse mercado cambial foi eliminado com o Convênio Cambial 33, tendo como última cotação 52,1013 VEF/US\$; e

d) SIMADI - *Sistema Marginal de Divisas*: o Bolívar é negociado à taxa variável aproximada de 199 VEF/US\$ em 31 de dezembro de 2015 e é aplicado através do mercado bancário, mercado de varejo e mercado de títulos.

Em função da conjuntura econômica e política da Venezuela, a administração da Sociedade reavaliou a taxa de câmbio utilizada na conversão das demonstrações financeiras da Oxiten Andina e a alterou, em 31 de dezembro de 2015, da taxa SICAD para a SIMADI, visto que, entre outros fatores, essa é a taxa de câmbio que atualmente mais se aproxima da melhor expressão da economia da Venezuela. Assim, em 31 de dezembro de 2015 os montantes em Bolívar foram convertidos para dólares norte-americanos pela taxa de câmbio do SIMADI e posteriormente convertidos para Reais utilizando-se a taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Os ativos e passivos das demais controladas no exterior, que não possuem autonomia administrativa, são considerados como atividades da sua investidora, sendo convertidos pela taxa de câmbio da data das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no resultado financeiro. O ganho reconhecido no resultado em 2015 totalizou R\$ 6.243 (ganho de R\$ 2.906 em 2014).

s. *Uso de estimativas, premissas e julgamentos*

Na preparação das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade e de suas controladas utilizam as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, entre outros, estimativas, premissas e julgamentos referentes, principalmente, à determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas nº 2.c, 2.k, 4, 14 e 30), determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 2.d, 5 e 30), determinação da provisão para perda em estoques (notas explicativas nº 2.e e 6), determinação dos valores de imposto de renda diferido (notas explicativas nº 2.l e 9), determinação de controle de sociedades controladas (notas explicativas nº 2.f, 2.r, 3 e 11.a), determinação de controle conjunto de empreendimentos controlados em conjunto (notas explicativas nº 2.f, 11.a e 11.b), determinação de influência significativa sobre sociedades coligadas (notas explicativas nº 2.f e 11.c), determinação da taxa de câmbio utilizada para a tradução das demonstrações financeiras da Oxiten Andina (nota explicativa nº 2.r), vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.g e 12), vida útil do ativo intangível e valor de recuperação do ágio (notas explicativas nº 2.i e 13), provisão para retirada de tanques (notas explicativas nº 2.m e 19), provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.n e 20 itens a, b), estimativas para elaboração de laudo atuarial (notas explicativas nº 2.o e 18.b) e determinação do valor justo do bônus de subscrição – indenização (notas explicativas nº 3.a e 30). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

t. Redução ao valor recuperável de ativos

A Sociedade e suas controladas revisam, no mínimo anualmente, a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Sociedade e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo. Os ativos que não podem ser avaliados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (unidades geradoras de caixa - “UGC”). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

O valor justo líquido de despesas diretas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos.

Para avaliar o valor em uso a Sociedade e suas controladas consideram projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados são menores que o seu valor contábil, a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio alocado na UGC à qual os ativos pertencem, as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio. Se o ágio não for suficiente para absorver tais perdas, o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não pode ser revertida. Para outros ativos, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Sociedade e suas controladas não registraram redução ao valor recuperável nos exercícios apresentados (vide nota explicativa nº 13.i).

u. Ajuste a valor presente

Algumas controladas contabilizaram o ajuste a valor presente sobre os saldos de crédito de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) do ativo imobilizado (CIAP). Por se tratar de uma recuperação de longo prazo que ocorre na fração de 1/48 avos mensais, o ajuste a valor presente reflete, nas demonstrações financeiras, o valor no tempo da recuperação dos créditos desse ICMS. O saldo desse ajuste a valor presente totalizava R\$ 109 em 2015 (R\$ 279 em 2014).

A Sociedade e suas controladas analisaram os elementos integrantes do ativo e do passivo não circulante, e circulante quando relevante, e não identificaram a aplicabilidade do ajuste a valor presente nas demais operações.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

v. Combinação de negócios

Uma combinação de negócio é contabilizada utilizando-se o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela contraprestação transferida e a transferir, avaliada pelo valor justo na data de aquisição. Na aquisição de um negócio são avaliados os ativos adquiridos e os passivos assumidos, com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. A participação de não controladores na adquirida é mensurado pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida e a transferir em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio é alocado ao segmento de negócios da Sociedade. Quando o custo de uma aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício quando incorridos.

w. Demonstrações de valor adicionado

Conforme requerido pela legislação societária brasileira, a Sociedade e suas controladas elaboraram as demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras aplicáveis às companhias abertas, enquanto que para IFRS representam informação financeira suplementar.

x. Demonstração dos fluxos de caixa

A Sociedade e suas controladas elaboraram as demonstrações de fluxo de caixa, individuais e consolidados, nos termos do IAS 7 (CPC 03) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A Sociedade e suas controladas apresentam os juros pagos sobre financiamentos e debêntures nas atividades de financiamentos.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

y. Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IFRS

As seguintes normas, emendas às normas e interpretações às IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2015:

	<u>Vigente em</u>
• Instrumentos financeiros – IFRS 9: introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros, nova metodologia de <i>impairment</i> para os instrumentos financeiros e nova orientação para contabilidade de <i>hedge</i> .	2018
• Reconhecimento de receita – IFRS 15: estabelece os princípios da natureza, quantidade, tempestividade e incerteza sobre a receita e o fluxo de caixa decorrente de um contrato com um cliente.	2018
• Arrendamento mercantil – IFRS 16: requer que os arrendatários contabilizem nas demonstrações financeiras, um passivo refletindo futuros pagamentos de um arrendamento e um direito de uso de um ativo para os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de valor baixo. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.	2019

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes a esses IFRS, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da CVM. A Sociedade está avaliando os potenciais efeitos desses pronunciamentos.

z. Autorização para a emissão das demonstrações financeiras

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração da Sociedade em 17 de fevereiro de 2016.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

3 Princípios de consolidação e participações societárias

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas segundo os princípios básicos de consolidação previstos no IFRS 10 (CPC 36 (R3)), sendo eliminadas as participações de uma sociedade em outra, os saldos das contas ativas e passivas e as receitas e despesas, bem como os efeitos decorrentes das operações realizadas entre as sociedades. A participação dos acionistas não controladores das controladas é apresentada como parte do patrimônio líquido e lucro líquido consolidados.

A consolidação de uma controlada se inicia quando a Sociedade obtém o controle direto ou indireto de uma companhia e se encerra quando deixa de ter este controle. As receitas e despesas de uma controlada adquirida estão incluídas na demonstração de resultado e do resultado abrangente consolidado, a partir da data que a Sociedade obtém o seu controle. As receitas e despesas de uma controlada que sua controladora deixa de ter o controle estão incluídas na demonstração do resultado e do resultado abrangente consolidado até a data que ocorre a perda de controle.

Quando necessário são efetuados ajustes às demonstrações financeiras das controladas para adequação das mesmas às práticas contábeis da Sociedade.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas, compreendendo:

	Localidade	Segmento	% de participação no capital social			
			31/12/2015		31/12/2014	
			Controle		Controle	
			Direto	Indireto	Direto	Indireto
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Brasil	Ipiranga	100	-	100	-
am/pm Comestíveis Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Centro de Conveniências Millennium Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Icorban - Correspondente Bancário Ltda. (*)	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Trading Limited	Ilhas Virgens Britânicas	Ipiranga	-	100	-	100
Tropical Transportes Ipiranga Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Imobiliária Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Logística Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Companhia Ultragaz S.A.	Brasil	Ultragaz	-	99	-	99
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Utingás Armazenadora S.A.	Brasil	Ultragaz	-	57	-	57
LPG International Inc.	Ilhas Cayman	Ultragaz	-	100	-	100
Imaven Imóveis Ltda.	Brasil	Outros	-	100	-	100
Isa-Sul Administração e Participações Ltda. (b)	Brasil	Ipiranga	-	-	99	1
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. (b)	Brasil	Extrafarma	-	100	-	100
Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Brasil	Oxiteno	100	-	100	-
Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Brasil	Oxiteno	-	99	-	99
Oxiteno Argentina Sociedad de Responsabilidad Ltda.	Argentina	Oxiteno	-	100	-	100
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Brasil	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Uruguay S.A.	Uruguai	Oxiteno	-	100	-	100
Barrington S.L.	Espanha	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno México S.A. de C.V.	México	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Servicios Corporativos S.A. de C.V.	México	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Servicios Industriales S.A. de C.V.	México	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno USA LLC	Estados Unidos	Oxiteno	-	100	-	100
Global Petroleum Products Trading Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Overseas Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Andina, C.A.	Venezuela	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Europe SPRL	Bélgica	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Colombia S.A.S	Colômbia	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Shanghai Trading LTD.	China	Oxiteno	-	100	-	100
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Brasil	Oxiteno	-	100	-	100
Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Brasil	Ultracargo	100	-	100	-
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Brasil	Ultracargo	-	99	-	99
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	Brasil	Outros	-	100	-	100

(*) Em outubro de 2015, a razão social da Conveniências Ipiranga Norte Ltda. foi alterada para Icorban - Correspondente Bancário Ltda.

Os percentuais da tabela acima estão arredondados.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a) Combinação de negócios – aquisição da Extrafarma

Em 31 de janeiro de 2014, a Extrafarma passou a ser uma controlada integral da Sociedade, através da incorporação da totalidade das ações de emissão da Extrafarma. Foram emitidas 12.021.100 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Sociedade, totalizando um aumento no patrimônio líquido de R\$ 640.725. Foram emitidos também bônus de subscrição - capital de giro de até 801.409 ações equivalentes a R\$ 42.138. Em 31 de dezembro de 2014 foi apurado que a Sociedade tinha um contas a receber em função do ajuste de capital de giro no montante de R\$ 12.222, registrado em “demais contas a receber” no ativo circulante. Em 2015 com o acordo final de capital de giro e dívida líquida no montante de R\$ 26.006, a Sociedade reconheceu em “Outros resultados operacionais”, a receita de R\$ 13.784 (vide nota explicativa nº 26). Em adição, foram emitidos 7 bônus de subscrição - indenização correspondentes a até 3.205.622 ações. Os bônus de subscrição - indenização poderão ser exercidos a partir de 2020 e são ajustados conforme as variações dos montantes de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Os bônus de subscrição – indenização foram valorizados conforme o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) e reduzido pelo *dividend yield* até 2020, uma vez que o seu exercício somente é possível a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. Em 31 de dezembro de 2015, os bônus de subscrição - indenização eram representados por 2.011.766 ações e totalizavam R\$ 112.233 (2.002.773 ações e totalizavam R\$ 92.072 em 2014). Essa transação não afetou o fluxo de caixa da Sociedade.

O valor da aquisição está apresentado a seguir:

Aumento de capital social	141.913
Ágio na subscrição de ações	498.812
Contas a receber - ajuste de capital de giro	(12.222)
Bônus de subscrição – indenização	91.423
Valor da aquisição	<u>719.926</u>

O valor da aquisição no montante de R\$ 719.926 foi alocado entre os ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos, valorizados a valor justo. O ágio de R\$ 661.553, foi motivado pela entrada da Sociedade no mercado farmacêutico de varejo e atacado no Brasil e a Extrafarma trazer uma escala inicial significativa, uma excelente rede de drogarias como ponto de partida e conhecimento e experiência específica do setor de atuação. A base fiscal dedutível do ágio é R\$ 780.239. No processo de identificação de ativos e passivos também foram considerados ativos intangíveis que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida, conforme demonstrados abaixo:

	Valores	Vida útil	Método de amortização
Marca – Extrafarma	72.523	Indefinida	-
Programa de fidelidade – Clube Extrafarma	31.953	4 anos	Linear
Carteira de clientes atacado	17.346	10 anos	Linear
Outros	517	Por contrato	Linear
Total	<u>122.339</u>		

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O quadro a seguir resume os saldos dos valores justos de ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

<u>Ativo circulante</u>		<u>Passivo circulante</u>	
Caixa e equivalentes de caixa	9.123	Financiamentos ⁽¹⁾	179.818
Contas a receber	65.104	Fornecedores	118.769
Estoques	154.937	Salários e encargos a pagar	16.539
Impostos a recuperar	12.385	Impostos e contribuições a pagar	3.150
Outros	5.109	Receita diferida	5.152
	<u>246.658</u>	Outros	<u>6.316</u>
			329.744
<u>Ativo não circulante</u>		<u>Passivo não circulante</u>	
Imobilizado	48.838	Financiamentos ⁽¹⁾	28.093
Intangível	135.636	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	65.517
Imposto de renda e contribuição social diferidos	56.408	Outros	<u>7.097</u>
Depósitos judiciais	1.284		100.707
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	661.553		
	<u>903.719</u>	Total dos passivos assumidos	<u>430.451</u>
Total dos ativos adquiridos e do ágio	<u>1.150.377</u>	Valor da aquisição	719.926

⁽¹⁾ A dívida bruta assumida na data da aquisição totaliza R\$ 207.911.

Os custos com a aquisição relacionados a advogados e consultorias foram reconhecidos no resultado do exercício em despesas gerais e administrativas e representaram aproximadamente 2% do valor da transação. Adicionalmente, a Sociedade reconheceu no patrimônio líquido, deduzindo a reserva de capital, o montante de R\$ 2.260 de gastos com advogados e auditoria externa relativos a custos de transação com a emissão de ações para os acionistas de Extrafarma.

O quadro a seguir apresenta a informação consolidada da Sociedade em 2014, como se a aquisição tivesse sido concluída no início do exercício. A informação *pro forma* é apresentada apenas para fins comparativos e não pretende ser indicativa do que teria ocorrido se a aquisição tivesse efetivamente ocorrido nessa data, não sendo necessariamente indicativo dos resultados operacionais futuros:

	<u>2014</u>
Receita líquida de vendas e serviços	67.824.629
Lucro operacional	2.287.695
Lucro líquido do exercício	1.248.369
Lucro líquido por ação básico - Reais (vide nota explicativa nº 28)	2,2701
Lucro líquido por ação diluído - Reais (vide nota explicativa nº 28)	2,2540

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b) Reorganização societária

Em 10 de dezembro de 2014, a Sociedade e a controlada Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. (“IPP”), aumentaram o capital na Isa-Sul Administração e Participações Ltda. (“Isa-Sul”) no montante de R\$ 995.696 com a emissão de 995.696.017 novas quotas. Todas as quotas foram subscritas e integralizadas com as ações ordinárias da Extrafarma detidas pela Sociedade. Após esta reorganização societária, a Sociedade passou a ser a controladora direta da Isa-Sul e a Isa-Sul passou a ser a controladora da Extrafarma.

Em 31 de outubro de 2015, a Sociedade aumentou o capital social da IPP no montante de R\$ 986.886 com o aporte de 995.696.017 quotas de emissão da Isa-Sul. Após esta etapa, a Isa-sul passou a ser a controlada direta da IPP e a Extrafarma passou a ser controlada indireta da IPP. Em 1 de dezembro de 2015, foi realizada a incorporação da Isa-Sul por sua controlada Extrafarma, com versão da integridade do patrimônio. Após esta reorganização societária, a Extrafarma passou a ser a controlada direta da IPP e a Isa-Sul foi extinta.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: (i) no Brasil, em títulos privados de instituições de primeira linha vinculados ao Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), operações compromissadas e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta exclusivamente por títulos públicos federais do governo brasileiro; (ii) no exterior, em títulos privados de instituições de primeira linha; e (iii) em instrumentos de proteção cambial e de juros.

Os ativos financeiros foram classificados na nota explicativa nº 30 conforme suas características e intenção da Sociedade e suas controladas.

O saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (consolidado) totalizaram R\$ 3.973.162 em 2015 (R\$ 4.400.122 em 2014) e estão distribuídos conforme abaixo:

- **Caixa e equivalentes de caixa**

São considerados caixa e equivalentes de caixa: (i) os saldos das contas de caixa e bancos, e (ii) aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Caixa e bancos				
Em moeda nacional	120	96	92.160	47.426
Em moeda estrangeira	-	-	99.856	85.870
Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa				
Em moeda nacional				
Títulos de renda fixa	47.941	119.131	2.497.903	2.690.638
Em moeda estrangeira				
Títulos de renda fixa	-	-	12.974	3.435
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>48.061</u>	<u>119.227</u>	<u>2.702.893</u>	<u>2.827.369</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- **Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras da Sociedade e suas controladas, que não são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, estão distribuídas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos de renda fixa	6.708	67.864	801.587	902.683
Em moeda estrangeira				
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	35.013	505.574
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (a)	-	-	433.669	164.496
Total de aplicações financeiras	<u>6.708</u>	<u>67.864</u>	<u>1.270.269</u>	<u>1.572.753</u>
Circulante	<u>6.708</u>	<u>67.864</u>	<u>803.304</u>	<u>1.441.813</u>
Não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>466.965</u>	<u>130.940</u>

(a) Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda (vide nota explicativa nº 30).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

5 Contas a receber de clientes (Consolidado)

A composição do contas a receber é demonstrada conforme a seguir:

	2015	2014
Clientes nacionais	2.971.019	2.424.756
Financiamentos a clientes – Ipiranga	350.119	310.062
Clientes estrangeiros	199.081	191.533
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(200.816)	(178.444)
	3.319.403	2.747.907
Circulante	3.167.164	2.604.101
Não circulante	152.239	143.806

Financiamentos a clientes são concedidos para reforma e modernização de postos, aquisição de produtos e desenvolvimento do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes.

A composição dos saldos de contas a receber de clientes, bruto de provisões para créditos de liquidação duvidosa, é assim demonstrada:

	Vencidos						
	Total	A vencer	< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
2015	3.520.219	3.080.681	113.136	22.834	13.473	30.411	259.684
2014	2.926.351	2.515.782	128.778	25.479	12.457	23.542	220.313

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 2013	147.080
Saldo inicial da Extrafarma (31 de janeiro de 2014)	6.964
Adições	26.864
Baixas	(2.464)
Saldo em 2014	178.444
Adições	44.380
Baixas	(22.008)
Saldo em 2015	200.816

Para maiores informações sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 30 – Risco de crédito de clientes.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

6 Estoques (Consolidado)

A composição dos estoques é demonstrada conforme a seguir:

	2015			2014		
	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido
Produtos acabados	400.994	(7.649)	393.345	345.255	(7.849)	337.406
Produtos em elaboração	1.723	-	1.723	986	-	986
Matérias-primas	257.700	(1.026)	256.674	193.726	(2.661)	191.065
Gás liquefeito de petróleo - GLP	58.875	(5.761)	53.114	41.616	(5.761)	35.855
Combustíveis, lubrificantes e graxas	1.205.598	(729)	1.204.869	907.466	(619)	906.847
Materiais de consumo e outros itens para revenda	103.013	(9.259)	93.754	81.662	(3.594)	78.068
Medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos	303.603	(9.568)	294.035	272.864	(25.841)	247.023
Adiantamentos a fornecedores	171.726	-	171.726	103.124	-	103.124
Imóveis para revenda	<u>25.997</u>	<u>-</u>	<u>25.997</u>	<u>24.628</u>	<u>-</u>	<u>24.628</u>
	<u>2.529.229</u>	<u>(33.992)</u>	<u>2.495.237</u>	<u>1.971.327</u>	<u>(46.325)</u>	<u>1.925.002</u>

A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

Saldo em 2013	15.238
Saldo inicial da Extrafarma (31 de janeiro de 2014)	27.689
Adição de provisão para ajuste ao valor de realização	2.637
Adição de provisão para obsolescência e outras perdas	761
Saldo em 2014	<u>46.325</u>
Adição de provisão para ajuste ao valor de realização	2.003
Reversão de provisão para obsolescência e outras perdas	<u>(14.336)</u>
Saldo em 2015	<u><u>33.992</u></u>

A composição da provisão para perdas em estoques é demonstrada abaixo:

	2015	2014
Ajuste ao valor de realização	14.137	12.134
Obsolescência e outras perdas	<u>19.855</u>	<u>34.191</u>
Total	<u><u>33.992</u></u>	<u><u>46.325</u></u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

7 Impostos a recuperar

Estão representados, substancialmente, por saldos credores do ICMS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, do Programa de Integração Social - PIS e do IRPJ e da CSLL.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
IRPJ e CSLL	52.055	53.835	197.890	182.602
ICMS	-	-	350.325	296.747
Provisão para perdas de ICMS ⁽¹⁾	-	-	(64.891)	(67.657)
PIS e COFINS	-	-	248.254	207.694
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA das controladas Oxitenox México, Oxitenox Andina e Oxitenox Uruguay	-	-	22.791	40.035
Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	-	-	4.542	4.157
Outros	1	-	5.316	5.288
Total	<u>52.056</u>	<u>53.835</u>	<u>764.227</u>	<u>668.866</u>
Circulante	<u>48.019</u>	<u>30.713</u>	<u>628.778</u>	<u>593.462</u>
Não circulante	<u>4.037</u>	<u>23.122</u>	<u>135.449</u>	<u>75.404</u>

⁽¹⁾ A provisão para perdas de ICMS refere-se aos saldos credores que as controladas estimam não poder compensar futuramente e sua movimentação é assim demonstrada:

Saldo em 2013	65.180
Saldo inicial da Extrafarma (31 de janeiro de 2014)	20.888
Baixas por recebimento, adições e reversões, líquidas	<u>(18.411)</u>
Saldo em 2014	67.657
Baixas por recebimento, adições e reversões, líquidas	<u>(2.766)</u>
Saldo em 2015	<u>64.891</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

8 Partes relacionadas

a. Sociedades relacionadas

- **Controladora**

	Ativo	Passivo	Resultado financeiro
	Debêntures ⁽¹⁾	Contas a pagar	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	782.404	-	146.185
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	5	-
Total em 2015	<u>782.404</u>	<u>5</u>	<u>146.185</u>

	Ativo			Resultado financeiro
	Contas a receber ⁽²⁾	Debêntures ⁽¹⁾	Total	
Companhia Ultragaz S.A.	14.685	-	14.685	-
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	2.026	-	2.026	-
Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	2.532	-	2.532	-
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	3.545	-	3.545	-
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	<u>7.090</u>	<u>776.578</u>	<u>783.668</u>	<u>119.806</u>
Total em 2014	<u>29.878</u>	<u>776.578</u>	<u>806.456</u>	<u>119.806</u>

⁽¹⁾ Em março de 2009, a Ipiranga efetuou sua primeira emissão privada de debêntures, em série única de 108 debêntures simples ao valor nominal de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais) cada, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, sendo 75 debêntures subscritas pela Ultrapar com vencimento final em 31 de março de 2016 e remuneração semestral vinculada ao CDI.

⁽²⁾ Refere-se ao Plano de Ações (vide nota explicativa nº 8.c)

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- **Consolidado**

Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas foram eliminados na consolidação e não são divulgados nesta nota explicativa. Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas com outras partes relacionadas são divulgados abaixo:

	Mútuos		Operações comerciais	
	Ativo	Passivo	A receber⁽¹⁾	A pagar⁽¹⁾
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	-	-	1.506
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	3.046	-	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	-	-	12.553	6.562
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	-	23.784
Outros	490	1.326	-	-
Total em 2015	<u>490</u>	<u>4.372</u>	<u>12.553</u>	<u>31.852</u>

	Mútuos/AFAC		Operações comerciais	
	Ativo	Passivo	A receber⁽¹⁾	A pagar⁽¹⁾
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	10.368 ⁽²⁾	-	-	1.061
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	3.046	-	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	-	-	10.499	1.494
Outros	490	1.326	-	-
Total em 2014	<u>10.858</u>	<u>4.372</u>	<u>10.499</u>	<u>2.555</u>

⁽¹⁾ Incluídas nas rubricas de “contas a receber de clientes” e “fornecedores”, respectivamente.

⁽²⁾ Em 28 de janeiro de 2015, a controlada Oxiten S.A. Indústria e Comércio (“Oxiten S.A.”) capitalizou este Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – “AFAC” (vide nota explicativa nº 11.c).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Operações comerciais	
	Vendas e serviços prestados	Compras
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	6	12.353
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	615.014
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	18.205	-
Total em 2015	<u>18.211</u>	<u>627.367</u>

	Operações comerciais	
	Vendas e serviços prestados	Compras
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	6	12.725
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	59.162
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	18.887	-
Total em 2014	<u>18.893</u>	<u>71.887</u>

As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e serviços de transporte e armazenagem, efetuada com base em preços e condições usuais de mercado, considerando fornecedores e clientes com igual capacidade operacional. As operações da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (“ConectCar”) acima referem-se à adesão ao plano de marketing da Ipiranga e serviços prestados. Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados e não contêm cláusulas de remuneração. Na avaliação da administração da Sociedade e suas controladas, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão para créditos de liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias. As garantias prestadas pela Sociedade em financiamentos de controladas e coligadas estão mencionadas na nota explicativa nº 14.k). Os contratos de mútuos são realizados em função de necessidades ou sobras temporárias de caixa da Sociedade, de controladas e de coligadas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Pessoal-chave da administração (Consolidado)

A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter os executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas.

A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo incluindo salários e plano de benefícios composto de plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade, atrelada: (i) ao desempenho dos negócios, medido através da métrica de criação de valor econômico, e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros. Em adição, o diretor-presidente é beneficiário de plano de remuneração variável de longo prazo com o objetivo de alinhamento de interesses de longo prazo, fazendo jus a remuneração variável adicional em função do desempenho das ações entre 2013 e 2018, refletindo o objetivo de mais que dobrar o valor da ação da Sociedade em 5 anos. Maiores detalhes sobre remuneração em ações estão descritos na nota explicativa nº 8.c) e sobre benefícios pós-emprego na nota explicativa nº 18.b).

A Sociedade e suas controladas contabilizaram despesa com remuneração de seu pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade), conforme demonstrado abaixo:

	2015	2014
Remuneração de curto prazo	37.759	30.187
Remuneração em ações	6.126	5.462
Benefício pós-emprego	2.936	3.660
Remuneração de longo prazo	2.302	1.684
Total	<u>49.123</u>	<u>40.993</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Plano de ações

Em Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 2001, foi aprovado plano de benefícios dos administradores da Sociedade e de suas controladas. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2003, foram aprovadas certas alterações ao plano original de 2001 (“Plano de Ações”). Conforme as regras do Plano de Ações, certos membros da administração da Sociedade e suas controladas recebem os direitos de voto e econômico de ações e a propriedade dessas ações é retida pelas controladas da Sociedade. O Plano de Ações prevê a transferência da nua-propriedade das ações após decorridos entre cinco e dez anos da concessão inicial condicionada à não-interrupção do vínculo entre o administrador beneficiado e a Sociedade e suas controladas. O número total de ações a ser utilizado para o Plano de Ações está sujeito à disponibilidade das ações em tesouraria. Cabe à diretoria da Ultrapar selecionar os membros da administração elegíveis ao plano e propor o número de ações em cada caso, para deliberação do Conselho de Administração. Os valores das concessões foram determinados na data de outorga, com base no valor de mercado dessas ações na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”) e estão sendo amortizados pelo prazo de cinco a dez anos a partir da concessão.

O quadro a seguir apresenta um resumo das ações outorgadas aos administradores da Sociedade e suas controladas:

Data da outorga	Saldo de ações restritas outorgadas	Prazo para transferência da nua-propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais das outorgas, incluindo impostos	Custos reconhecidos acumulados das outorgas	Custos não reconhecidos das outorgas
9 de dezembro de 2014	590.000	2019 a 2021	50,64	41.210	(7.583)	33.627
5 de março de 2014	83.400	2019 a 2021	52,15	5.999	(1.868)	4.131
3 de fevereiro de 2014	150.000	2018 a 2020	55,36	11.454	(4.513)	6.941
7 de novembro de 2012	320.000	2017 a 2019	42,90	19.098	(10.347)	8.751
14 de dezembro de 2011	120.000	2016 a 2018	31,85	5.272	(3.656)	1.616
10 de novembro de 2010	173.336	2015 a 2017	26,78	9.602	(8.319)	1.283
16 de dezembro de 2009	83.328	2014 a 2016	20,75	7.155	(6.843)	312
8 de outubro de 2008	-	2013 a 2015	9,99	8.090	(8.090)	-
9 de novembro de 2006	207.200	2016	11,62	3.322	(3.045)	277
14 de dezembro de 2005	-	2015	8,21	1.060	(1.060)	-
	<u>1.727.264</u>			<u>112.262</u>	<u>(55.324)</u>	<u>56.938</u>

Em 2015, a amortização de R\$ 16.935 (R\$ 12.289 em 2014) foi registrada como despesa geral e administrativa.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O quadro a seguir apresenta a movimentação do número de ações restritas outorgadas:

Saldo em 2013	1.886.028
Ações outorgadas em 3 de fevereiro de 2014	150.000
Ações outorgadas em 5 de março de 2014	83.400
Ações outorgadas em 9 de dezembro de 2014	590.000
Ações transferidas aos administradores	<u>(496.564)</u>
Saldo em 2014	2.212.864
Ações transferidas aos administradores	<u>(455.600)</u>
Cancelamento de outorgas de ações devido a interrupção de vínculo empregatício do administrador beneficiado	<u>(30.000)</u>
Saldo em 2015	<u><u>1.727.264</u></u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

9 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade e suas controladas reconhecem créditos e débitos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de prejuízos fiscais, adições temporárias, bases negativas e reavaliação de ativo imobilizado, entre outros. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisões para perda de ativos	-	-	41.428	55.527
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	15	140.707	128.365
Provisão para benefícios pós-emprego	-	-	42.297	40.729
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	989	457
Parcela referente ao ágio sobre investimentos	-	-	33.894	48.162
Combinação de negócios – base fiscal vs. base contábil do ágio	-	-	72.691	68.458
Provisão para retirada de tanques	-	-	22.418	21.116
Demais provisões	8.658	1.464	145.336	59.802
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social a compensar (d)	-	-	59.233	39.957
Total	8.680	1.479	558.993	462.573
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Reavaliação de imobilizado	-	-	2.887	3.009
Arrendamento mercantil	-	-	4.426	4.948
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	184.951	77.266
Parcela referente ao ágio/deságio sobre investimentos	-	-	17.794	11.183
Combinação de negócios – mais valia de ativos	-	-	47.110	49.181
Diferenças temporárias de controladas no exterior	-	-	2.855	5.097
Demais provisões	-	-	5.981	2.163
Total	-	-	266.004	152.847

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	2015	2014
Saldo inicial	309.726	274.633
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício	(14.813)	(21.745)
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(2.250)	(863)
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em combinação de negócios	-	56.408
Outros	<u>326</u>	<u>1.293</u>
Saldo final	<u><u>292.989</u></u>	<u><u>309.726</u></u>

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	3	195.705
De 1 a 2 anos	1.629	88.552
De 2 a 3 anos	1.607	44.149
De 3 a 5 anos	3.214	69.225
De 5 a 7 anos	1.855	111.256
De 7 a 10 anos	<u>372</u>	<u>50.106</u>
	<u><u>8.680</u></u>	<u><u>558.993</u></u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado

Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Lucro antes da tributação e equivalência patrimonial	69.633	50.917	2.258.192	1.841.190
Alíquotas oficiais de imposto - %	34	34	34	34
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(23.675)	(17.312)	(767.785)	(626.005)
Ajustes dos encargos à taxa efetiva:				
Despesas indedutíveis (i)	(277)	(405)	(70.540)	(26.519)
Receitas não tributáveis (ii)	11	13	3.753	2.596
Ajuste do lucro presumido (iii)	-	-	12.926	13.638
Demais ajustes	24	25	4.874	(603)
Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais	(23.917)	(17.679)	(816.772)	(636.893)
Incentivos fiscais – SUDENE	-	-	82.436	63.405
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	(23.917)	(17.679)	(734.336)	(573.488)
Corrente	(31.119)	(18.763)	(801.959)	(615.148)
Diferido	7.202	1.084	(14.813)	(21.745)
Incentivos fiscais – SUDENE	-	-	82.436	63.405
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL - %	34,3	34,7	32,5	31,1

- (i) As despesas indedutíveis consistem de algumas despesas que não podem ser deduzidas para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como despesas com multas, doações, brindes, perdas de ativos, resultados negativos em controladas no exterior e certas provisões;
- (ii) As receitas não tributáveis consistem em certos ganhos e rendimentos que não são tributáveis nos termos da legislação fiscal aplicável, como o reembolso de impostos e a reversão de certas provisões;
- (iii) A legislação tributária brasileira prevê um método alternativo de tributação para as empresas que auferiram receita bruta de até R\$ 78 milhões em seu ano fiscal anterior, denominado lucro presumido. Algumas controladas da Sociedade adotaram esta forma alternativa de tributação, segundo a qual o imposto de renda e a contribuição social foram calculados sobre uma base igual a 32% das receitas da operação, em vez de ser calculado com base no lucro real efetivo dessas controladas. O ajuste do lucro presumido representa a diferença entre a tributação sob este método alternativo e o que teria sido devido com base na alíquota oficial aplicada ao lucro real dessas controladas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Incentivos fiscais - SUDENE

As seguintes sociedades controladas gozam de isenção parcial de IRPJ, em virtude do programa do governo para o desenvolvimento do nordeste brasileiro operado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”):

<u>Controlada</u>	<u>Unidades</u>	<u>Incentivo - %</u>	<u>Término</u>
Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Planta de Camaçari	75	2016
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Base de Caucaia ⁽¹⁾	75	2012
	Base de Mataripe ⁽²⁾	75	2024
	Base de Aracaju	75	2017
	Base de Suape	75	2018
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Terminal de Suape	75	2020
	Terminal de Aratu	75	2022
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Planta de Camaçari	75	2021

Em 30 de dezembro de 2014 foi protocolado pelo Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar (“Tequimar”) na SUDENE pleito requerendo o reconhecimento do incentivo de redução, em virtude da implantação do Terminal de Itaquí, em São Luís - Maranhão.

⁽¹⁾ Em 22 de dezembro de 2015 foi protocolado na SUDENE, pleito requerendo o reconhecimento de prorrogação do incentivo por mais 10 anos, em virtude de ampliação efetuada na base de Caucaia.

⁽²⁾ Em virtude de modernização efetuada na base de Mataripe, a SUDENE aprovou a redução de imposto de renda de 75% até 2024, através de laudo expedido em 30 de dezembro de 2015. Em 19 de janeiro de 2016, o Laudo constitutivo do benefício foi encaminhado à Secretaria da Receita Federal para fins de homologação no prazo de 120 dias.

d. Prejuízos fiscais (IRPJ) e base negativa de CSLL a compensar

Em 2015, certas controladas da Sociedade possuem prejuízos fiscais (IRPJ) no montante de R\$ 190.359 (R\$ 126.624 em 2014) e bases negativas de CSLL no montante de R\$ 129.368 (R\$ 92.232 em 2014), cujas compensações são limitadas a 30% do lucro tributável do exercício, sem prazo de prescrição. Sobre estes valores foram constituídos tributos diferidos no montante de R\$ 59.233 em 2015 (R\$ 39.957 em 2014).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

10 Despesas antecipadas (Consolidado)

	2015	2014
Aluguéis	114.439	99.285
Plano de outorga de ações, líquido (vide nota explicativa nº 8.c)	45.889	61.183
Propaganda e publicidade	25.195	6.103
Prêmios de seguros	24.644	20.295
Manutenção de <i>software</i>	8.937	6.790
Compras de vale alimentação e transporte	1.757	1.559
Tributos e demais despesas antecipadas	7.279	3.281
	<u>228.140</u>	<u>198.496</u>
Circulante	<u>81.476</u>	<u>67.268</u>
Não circulante	<u>146.664</u>	<u>131.228</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

11 Investimentos

a. Sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto (Controladora)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto:

	2015				
	Controladas			Empreendimento controlado em conjunto	
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	5.078.888	
Ativo	1.093.260	3.469.471	13.599.752	348.217	
Passivo	4.168	534.215	10.004.718	253.306	
Patrimônio líquido	1.089.092	2.935.315(*)	3.595.034	94.911	
Receita líquida de vendas e serviços	-	1.203.462	65.235.322	974.807	
Lucro líquido do exercício	4.498	423.062(*)	1.015.100	27.647	
Participação no capital social - %	100	100	100	33	
	2014				
	Controladas			Empreendimento controlado em conjunto	
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Isa-Sul Administração e Participações Ltda.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	995.696.017	5.078.888
Ativo	1.168.896	3.546.989	10.668.027	995.028	263.527
Passivo	84.003	526.423	8.654.065	11.524	191.018
Patrimônio líquido	1.084.893	3.020.625(*)	2.013.962	983.504(*)	72.509
Receita líquida de vendas e serviços	-	1.023.388	58.764.533	21.197	233.308
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	99.990	240.457(*)	881.131	(16.410)(**)	(151)
Participação no capital social - %	100	100	100	99	33

(*) ajustado pelos lucros não realizados entre controladas.

(**) reduzido pela eliminação do ganho no aporte devido à reorganização societária no montante de R\$ 56.389 (vide nota explicativa nº 3.b).

Os percentuais acima estão arredondados.

As informações financeiras das operações das controladas encontram-se detalhadas na nota explicativa nº 29.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto estão demonstradas abaixo:

	Investimentos em controladas					Empreendimento controlado em conjunto	
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. - Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	Isa-cul Administração e Participações Ltda.	Total	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
							Total
Saldo em 2013	1.064.959	2.892.330	2.154.904	-	-	6.112.193	22.751
Equivalência patrimonial	99.990	240.457	881.131	2.523	(15.726)	1.208.375	(50)
Dividendos	(80.000)	(117.107)	(1.022.540)	-	-	(1.219.647)	-
Aquisição Extrafarma (vide nota explicativa nº 3.a)	-	-	-	719.926	-	719.926	-
Aporte de capital em dinheiro	-	-	-	236.100	-	236.100	-
Passivo contingente – combinação de negócio Extrafarma ⁽¹⁾	-	-	-	3.654	-	3.654	-
Realização da mais-valia apurada na aquisição	-	-	-	(22.896)	-	(22.896)	-
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(32)	-	-	(32)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	(56)	(171)	499	-	74	346	1.375
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	5.116	-	-	-	5.116	-
Reorganização societária (vide nota explicativa nº 3.b) ⁽²⁾	-	-	-	(939.307)	995.696	56.389	-
Saldo em 2014	1.084.893	3.020.625	2.013.962	-	980.044	7.099.524	24.076
Equivalência patrimonial	4.498	423.062	1.015.100	-	6.842	1.449.502	8.248
Dividendos	-	(531.860)	(431.607)	-	-	(963.467)	(2.345)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(120)	-	-	(120)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	(299)	(245)	10.813	-	-	10.269	1.535
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	23.733	-	-	-	23.733	-
Reorganização societária (vide nota explicativa nº 3.b)	-	-	986.886	-	(986.886)	-	-
Saldo em 2015	1.089.092	2.935.315	3.595.034	-	-	7.619.441	31.514

(1) transferido para o passivo não-circulante devido a reorganização societária (vide nota explicativa nº 3.b)

(2) reduzido na equivalência patrimonial o ganho de R\$ 56.389 apurado no aporte devido à reorganização societária (vide nota explicativa nº 3.b).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Empreendimentos controlados em conjunto (Consolidado)

A Sociedade participa da Refinaria de Petróleo Riograndense (“RPR”), que tem como atividade principal o refino de petróleo.

A controlada Ultracargo – Operações Logísticas e Participações Ltda. (“Ultracargo Participações”) participa da União Vopak – Armazéns Gerais Ltda. (“União Vopak”), que tem como atividade principal a armazenagem de grãos líquidos no porto de Paranaguá.

A controlada IPP participa da ConectCar, que tem como atividade principal a atuação no segmento de pagamento eletrônico de pedágios, estacionamento e combustíveis. A ConectCar, constituída em novembro de 2012, atualmente opera nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, além do Distrito Federal.

Esses investimentos estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

A composição e movimentação dos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto é demonstrada abaixo:

Movimentação dos investimentos				
	União Vopak	RPR	ConectCar	Total
Saldo em 2013	5.916	22.751	15.719	44.386
Aporte de capital	-	-	28.500	28.500
Ajuste de avaliação patrimonial	-	1.375	-	1.375
Equivalência patrimonial	181	(50)	(18.747)	(18.616)
Dividendos recebidos	<u>(1.137)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.137)</u>
Saldo em 2014	4.960	24.076	25.472	54.508
Aporte de capital	-	-	37.080	37.080
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	4.000	4.000
Ajuste de avaliação patrimonial	-	1.535	-	1.535
Equivalência patrimonial	699	8.248	(23.234)	(14.287)
Dividendos recebidos	<u>(1.114)</u>	<u>(2.345)</u>	<u>-</u>	<u>(3.459)</u>
Saldo em 2015	<u>4.545</u>	<u>31.514</u>	<u>43.318</u>	<u>79.377</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado dos empreendimentos controlados em conjunto:

	2015		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Ativo circulante	3.360	234.094	59.599
Ativo não circulante	7.300	114.123	85.195
Passivo circulante	1.570	176.134	62.158
Passivo não circulante	-	77.172	-
Patrimônio líquido	9.090	94.911	82.636
Receita líquida	12.026	974.807	18.410
Custos e despesas operacionais	(10.198)	(926.392)	(89.431)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(430)	(20.768)	24.553
Lucro (prejuízo) líquido	1.398	27.647	(46.468)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	94.579.500
Participação no capital social - %	50	33	50

Os percentuais acima estão arredondados.

	2014		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Ativo circulante	2.762	160.789	38.852
Ativo não circulante	8.066	102.738	53.236
Passivo circulante	908	101.083	41.143
Passivo não circulante	-	89.935	-
Patrimônio líquido	9.920	72.509	50.945
Receita líquida	10.490	233.308	9.981
Custos e despesas operacionais	(10.114)	(232.634)	(66.797)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(14)	(825)	19.323
Lucro (prejuízo) líquido	362	(151)	(37.493)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	57.500.000
Participação no capital social - %	50	33	50

Os percentuais acima estão arredondados.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Sociedades coligadas (Consolidado)

A controlada IPP participa da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A., que tem como atividade principal a prestação de serviço de transporte de gás natural.

A controlada Oxiteno S.A. participa da Oxicap Indústria de Gases Ltda. (“Oxicap”), que tem como atividade principal o fornecimento de nitrogênio e oxigênio para as suas sócias no polo petroquímico de Mauá.

A controlada Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio (“Oxiteno Nordeste”) participa da Química da Bahia Indústria e Comércio S.A., que tem como atividade principal a industrialização, comércio e processamento de produtos químicos. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada Companhia Ultragaz S.A. (“Cia. Ultragaz”) participa da Metalúrgica Plus S.A., que tem como atividade principal a fabricação e comercialização de vasilhames de acondicionamento de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada IPP participa da Plenogás Distribuidora de Gás S.A., que tem como atividade principal a comercialização de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

O investimento da controlada Oxiteno S.A. na coligada Oxicap está avaliado pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas informações de 30 de novembro de 2015, enquanto as demais coligadas estão avaliadas com base nas demonstrações financeiras de 2015.

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades coligadas é demonstrada abaixo:

	Movimentação dos investimentos				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Total
Saldo em 2013	5.962	2.144	3.635	-	11.741
Dividendos recebidos	(725)	-	-	-	(725)
Equivalência patrimonial	<u>975</u>	<u>946</u>	<u>41</u>	<u>165</u>	<u>2.127</u>
Saldo em 2014	6.212	3.090	3.676	165	13.143
Aumento de capital	-	10.368 ⁽¹⁾	-	-	10.368
Dividendos recebidos	(1.924)	(3.453)	-	-	(5.377)
Equivalência patrimonial	<u>1.455</u>	<u>1.995</u>	<u>8</u>	<u>(55)</u>	<u>3.403</u>
Saldo em 2015	<u>5.743</u>	<u>12.000</u>	<u>3.684</u>	<u>110</u>	<u>21.537</u>

⁽¹⁾ Conforme nota explicativa nº 8.a) – Consolidado, no 1º trimestre de 2015 foi realizado aumento de capital na Oxicap. Com isso a participação na coligada foi alterada de 25% para 15%, aproximadamente.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades coligadas:

	2015				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	5.175	13.390	73	759	691
Ativo não circulante	18.773	79.203	10.403	1.681	2.830
Passivo circulante	644	8.682	-	403	101
Passivo não circulante	332	4.371	3.109	1.708	1.777
Patrimônio líquido	22.972	79.540	7.367	329	1.643
Receita líquida	10.628	42.799	-	-	-
Custos, despesas operacionais e resultado na venda de bens	(4.703)	(14.050)	(34)	(172)	1.792
Resultado financeiro e imposto de renda	(7)	(9.973)	49	8	14
Lucro (prejuízo) líquido	5.918	18.776	15	(164)	1.806
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

Os percentuais acima estão arredondados.

	2014				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	5.832	12.434	103	923	231
Ativo não circulante	19.978	77.199	10.358	1.682	2.830
Passivo circulante	632	2.771	-	403	80
Passivo não circulante	332	74.502	3.109	1.708	3.144
Patrimônio líquido	24.846	12.360	7.352	494	(163)
Receita líquida	8.525	32.972	-	-	-
Custos e despesas operacionais	(4.543)	(27.174)	(45)	344	442
Resultado financeiro e imposto de renda	(84)	(2.013)	127	990	(13)
Lucro líquido	3.898	3.785	82	1.334	429
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	156	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	25	50	33	33

Os percentuais acima estão arredondados.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

12 Imobilizado (Consolidado)

A composição e movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 2014	Adições	Depreciações	Transferências	Baixas	Variação cambial	Saldo em 2015
Custo:								
Terrenos	-	476.107	45.843	-	3.077	(4.947)	4.079	524.159
Edificações	31	1.275.728	14.521	-	86.725	(4.060)	9.689	1.382.603
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11	631.342	17.825	-	55.615	(3.599)	-	701.183
Máquinas e equipamentos	13	3.909.475	99.038	-	108.286	(12.300)	(112.660)	3.991.839
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis								
claros/lubrificantes	14	2.096.563	121.746	-	81.386	(17.233)	-	2.282.462
Tanques e vasilhames para GLP	12	494.691	83.608	-	2.777	(39.725)	-	541.351
Veículos	7	244.467	21.883	-	11.358	(18.341)	(591)	258.776
Móveis e utensílios	9	156.115	14.198	-	4.888	(440)	(4.066)	170.695
Obras em andamento	-	372.974	373.774	-	(337.967)	(2.550)	31.302	437.533
Adiantamentos a fornecedores	-	19.527	10.685	-	(18.095)	-	8	12.125
Importações em andamento	-	59	1.959	-	(817)	-	-	1.201
Equipamentos de informática	5	239.930	24.255	-	1.124	(4.810)	186	260.685
		<u>9.916.978</u>	<u>829.335</u>	<u>-</u>	<u>(1.643)</u>	<u>(108.005)</u>	<u>(72.053)</u>	<u>10.564.612</u>
Depreciação acumulada:								
Edificações		(565.308)	-	(40.766)	15	1.919	12.309	(591.831)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(313.647)	-	(48.132)	1	2.661	-	(359.117)
Máquinas e equipamentos		(2.158.390)	-	(234.792)	(240)	9.005	143.173	(2.241.244)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis								
claros/lubrificantes		(1.164.074)	-	(116.010)	-	9.287	-	(1.270.797)
Tanques e vasilhames para GLP		(231.001)	-	(34.392)	(136)	16.295	-	(249.234)
Veículos		(90.004)	-	(15.769)	369	12.126	821	(92.457)
Móveis e utensílios		(105.483)	-	(10.050)	-	323	4.951	(110.259)
Equipamentos de informática		(189.859)	-	(16.872)	(7)	3.667	(722)	(203.793)
		<u>(4.817.766)</u>	<u>-</u>	<u>(516.783)</u>	<u>2</u>	<u>55.283</u>	<u>160.532</u>	<u>(5.118.732)</u>
Provisão para perdas:								
Adiantamento a fornecedores		-	(83)	-	-	-	-	(83)
Terrenos		(197)	-	-	-	-	-	(197)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(462)	-	-	-	2	(199)	(659)
Máquinas e equipamentos		(5.895)	(1.137)	-	-	2.964	(671)	(4.739)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis								
claros/lubrificantes		-	(1.342)	-	-	36	-	(1.306)
Equipamentos de informática		(683)	-	-	-	683	-	-
Móveis e utensílios		(4)	(1)	-	-	4	-	(1)
		<u>(7.241)</u>	<u>(2.563)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.689</u>	<u>(870)</u>	<u>(6.985)</u>
Custo líquido		<u>5.091.971</u>	<u>826.772</u>	<u>(516.783)</u>	<u>(1.641)</u>	<u>(49.033)</u>	<u>87.609</u>	<u>5.438.895</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 2013	Adições	Depreciações	Transfe- rências	Baixas	Saldo inicial da Extrafarma ⁽¹⁾	Variação cambial	Saldo em 2014
Custo:									
Terrenos	-	458.619	6.586	-	16.126	(6.668)	-	1.444	476.107
Edificações	30	1.219.746	8.781	-	53.395	(11.189)	-	4.995	1.275.728
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11	549.841	9.104	-	51.047	(1.634)	23.023	(39)	631.342
Máquinas e equipamentos	13	3.745.901	81.454	-	77.810	(6.957)	6.365	4.902	3.909.475
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis	14	1.939.720	103.387	-	76.431	(22.975)	-	-	2.096.563
Tanques e vasilhames para GLP	12	460.596	85.958	-	-	(51.863)	-	-	494.691
Veículos	8	213.635	25.207	-	18.642	(18.668)	5.554	97	244.467
Móveis e utensílios	9	126.758	13.094	-	2.116	(1.030)	14.923	254	156.115
Obras em andamento	-	302.076	328.034	-	(266.699)	(1.150)	6.752	3.961	372.974
Adiantamentos a fornecedores	-	27.558	26.320	-	(32.100)	(2.251)	-	-	19.527
Importações em andamento	-	130	1.723	-	(1.690)	-	-	(104)	59
Equipamentos de informática	5	206.286	25.830	-	714	(1.556)	8.683	(27)	239.930
		<u>9.250.866</u>	<u>715.478</u>	<u>-</u>	<u>(4.208)</u>	<u>(125.941)</u>	<u>65.300</u>	<u>15.483</u>	<u>9.916.978</u>
Depreciação acumulada:									
Edificações		(533.776)	-	(37.671)	(26)	6.171	-	(6)	(565.308)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(269.598)	-	(40.367)	(280)	1.146	(4.585)	37	(313.647)
Máquinas e equipamentos		(1.939.238)	-	(226.811)	312	5.875	(1.756)	3.228	(2.158.390)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis		(1.066.425)	-	(115.095)	2	17.444	-	-	(1.164.074)
Tanques e vasilhames para GLP		(221.321)	-	(29.653)	-	19.973	-	-	(231.001)
Veículos		(87.860)	-	(12.509)	-	12.922	(2.503)	(54)	(90.004)
Móveis e utensílios		(93.246)	-	(9.449)	(3)	902	(3.624)	(63)	(105.483)
Equipamentos de informática		(173.942)	-	(13.206)	(37)	1.417	(3.994)	(97)	(189.859)
		<u>(4.385.406)</u>	<u>-</u>	<u>(484.761)</u>	<u>(32)</u>	<u>65.850</u>	<u>(16.462)</u>	<u>3.045</u>	<u>(4.817.766)</u>
Provisão para perdas:									
Terrenos		(197)	-	-	-	-	-	-	(197)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		-	(459)	-	-	-	-	(3)	(462)
Máquinas e equipamentos		(5.027)	(1.451)	-	-	592	-	(9)	(5.895)
Equipamentos de informática		(6)	(677)	-	-	-	-	-	(683)
Móveis e utensílios		(5)	-	-	-	1	-	-	(4)
		<u>(5.235)</u>	<u>(2.587)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>593</u>	<u>-</u>	<u>(12)</u>	<u>(7.241)</u>
Custo líquido		<u>4.860.225</u>	<u>712.891</u>	<u>(484.761)</u>	<u>(4.240)</u>	<u>(59.498)</u>	<u>48.838</u>	<u>18.516</u>	<u>5.091.971</u>

⁽¹⁾ Para maiores informações sobre a aquisição da Extrafarma vide nota explicativa nº 3.a).

As obras em andamento referem-se substancialmente às ampliações e reformas dos parques industriais e terminais e à construção e modernização de postos de serviços e bases de distribuição de combustíveis.

Os adiantamentos efetuados a fornecedores de bens patrimoniais referem-se basicamente à fabricação sob encomenda de equipamentos para expansão das unidades industriais, terminais e bases, modernização de postos de combustíveis e aquisição de imóveis operacionais.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

13 Intangível (Consolidado)

A composição e movimentação do ativo intangível é demonstrada conforme a seguir:

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 2014	Adições	Amortiza- ções	Transfe- rências	Baixas	Variação cambial	Saldo em 2015
Custo:								
Ágio (i)	-	1.456.179	-	-	-	-	-	1.456.179
Software (ii)	5	451.936	82.612	-	453	(59)	4.580	539.522
Tecnologia (iii)	5	32.617	-	-	-	-	-	32.617
Direitos de propriedade comercial (iv)	10	31.881	4.994	-	-	(287)	-	36.588
Fundo de comércio (v)	5	2.762.985	515.502	-	-	-	-	3.278.487
Marcas (vi)	-	105.458	-	-	2	-	15.484	120.944
Outros (vii)	4	38.606	6.492	-	(79)	-	1.932	46.951
		<u>4.879.662</u>	<u>609.600</u>	<u>-</u>	<u>376</u>	<u>(346)</u>	<u>21.996</u>	<u>5.511.288</u>
Amortização acumulada:								
Software		(303.780)	-	(44.346)	-	59	(2.693)	(350.760)
Tecnologia		(29.471)	-	(1.785)	-	-	-	(31.256)
Direitos de propriedade comercial		(14.545)	-	(2.643)	-	209	-	(16.979)
Fundo de comércio		(1.366.128)	-	(433.869)	(2.992)	-	-	(1.802.989)
Outros		(7.625)	-	(7.821)	96	-	(19)	(15.369)
		<u>(1.721.549)</u>	<u>-</u>	<u>(490.464)</u>	<u>(2.896)</u>	<u>268</u>	<u>(2.712)</u>	<u>(2.217.353)</u>
Custo líquido		<u>3.158.113</u>	<u>609.600</u>	<u>(490.464)</u>	<u>(2.520)</u>	<u>(78)</u>	<u>19.284</u>	<u>3.293.935</u>

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 2013	Adições	Amortiza- ções	Transfe- rências	Baixas	Saldo inicial da Extrafarma ⁽¹⁾	Variação cambial	Saldo em 2014
Custo:									
Ágio (i)	-	794.626	-	-	-	-	661.553	-	1.456.179
Software (ii)	5	353.637	73.994	-	16.379	(456)	7.817	565	451.936
Tecnologia (iii)	5	32.436	181	-	-	-	-	-	32.617
Direitos de propriedade comercial (iv)	11	16.334	1.838	-	-	-	13.709	-	31.881
Fundo de comércio (v)	4	2.213.573	532.461	-	(190)	(205)	17.346	-	2.762.985
Marcas (vi)	-	29.048	-	-	-	-	72.523	3.887	105.458
Outros (vii)	9	16.475	407	-	(10.294)	-	31.953	65	38.606
		<u>3.456.129</u>	<u>608.881</u>	<u>-</u>	<u>5.895</u>	<u>(661)</u>	<u>804.901</u>	<u>4.517</u>	<u>4.879.662</u>
Amortização acumulada:									
Software		(261.693)	-	(36.780)	(3.922)	455	(1.416)	(424)	(303.780)
Tecnologia		(27.690)	-	(1.782)	-	-	-	1	(29.471)
Direitos de propriedade comercial		(5.515)	-	(2.742)	8	-	(6.296)	-	(14.545)
Fundo de comércio		(992.022)	-	(367.681)	(6.536)	111	-	-	(1.366.128)
Outros		(454)	-	(7.164)	-	-	-	(7)	(7.625)
		<u>(1.287.374)</u>	<u>-</u>	<u>(416.149)</u>	<u>(10.450)</u>	<u>566</u>	<u>(7.712)</u>	<u>(430)</u>	<u>(1.721.549)</u>
Custo líquido		<u>2.168.755</u>	<u>608.881</u>	<u>(416.149)</u>	<u>(4.555)</u>	<u>(95)</u>	<u>797.189</u>	<u>4.087</u>	<u>3.158.113</u>

⁽¹⁾ Para maiores informações sobre a aquisição da Extrafarma vide nota explicativa nº 3.a).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

i) Os ágios gerados na aquisição de empresas foram amortizados até 31 de dezembro de 2008, quando cessou sua amortização. O saldo líquido remanescente é testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade.

A Sociedade possui os seguintes saldos de ágio:

	Segmento	2015	2014
Ágio na aquisição de:			
Extrafarma	Extrafarma	661.553	661.553
Ipiranga	Ipiranga	276.724	276.724
União Terminais	Ultracargo	211.089	211.089
Texaco	Ipiranga	177.759	177.759
Oxitenos Uruguay	Oxitenos	44.856	44.856
Temmar	Ultracargo	43.781	43.781
DNP	Ipiranga	24.736	24.736
Repsol	Ultragas	13.403	13.403
Outros		2.278	2.278
		<u>1.456.179</u>	<u>1.456.179</u>

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade realizou os testes de recuperabilidade dos saldos de ágios demonstrados na tabela acima. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios dos segmentos da Sociedade, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ágios estão relacionados.

A avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos (exceto segmento Extrafarma), e a partir de então considera-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. Para o segmento Extrafarma foi utilizado um período de 10 anos devido ao seu plano de expansão e pelo prazo de três anos para maturidade de novas lojas.

As taxas de desconto e de crescimento real utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2015 variaram de 10,3% a 17,1% (exceto a taxa de desconto da Oxitenos Andina de 43,5%) e 0% a 1% a.a., respectivamente, dependendo da UGC analisada.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O teste de recuperação dos saldos de ágios e ativos líquidos da Sociedade e suas controladas não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. A Sociedade efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, dado seus impactos importantes nos fluxos de caixas e no valor em uso. Um acréscimo de 0,5 pontos percentuais na taxa de desconto ou um decréscimo de 0,5 pontos percentuais da taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada segmento de negócio não resultaria na necessidade de reconhecimento de perda.

ii) Software inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos diversos sistemas utilizados pela Sociedade e suas controladas, tais como: sistemas integrados de gestão e controle, administração financeira, comércio exterior, automação industrial, gerenciamento operacional de armazenagem e informações contábeis, entre outros.

iii) As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste e Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. (“Oleoquímica”) registram como tecnologia certos direitos de uso por elas detidos. Tais licenciamentos abrangem a produção de óxido de eteno, etilenoglicóis, etanolaminas, éteres glicólicos, etoxilados, solventes, ácidos graxos de óleos vegetais, alcoóis graxos e especialidades químicas, produtos estes que atendem diversos segmentos da economia.

iv) Direitos de propriedade comercial incluem os descritos a seguir:

- A controlada Tequimar possui contrato com a CODEBA - Companhia das Docas do Estado da Bahia, que permite a exploração da área na qual está situado o terminal de Aratu por 20 anos, renovável por igual período. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 12.000, o qual está sendo amortizado de agosto de 2002 a julho de 2042.
- A controlada Tequimar possui contrato de arrendamento de área adjacente ao porto de Santos por 20 anos a partir de dezembro de 2002, renovável por igual período, que permite construir, operar e explorar terminal destinado à recepção, tancagem, movimentação e distribuição de granéis líquidos. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 4.334, o qual está sendo amortizado de agosto de 2005 a dezembro de 2022.
- A controlada Extrafarma realiza pagamentos de luvas para obtenção de certos pontos comerciais para abertura de drogarias, os quais são demonstrados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear considerando os prazos dos contratos de locação. Em eventual desativação das lojas, o valor residual é registrado no resultado.

v) Fundo de comércio refere-se principalmente aos desembolsos de bonificação previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores. Os desembolsos de bonificação são registrados no momento de sua ocorrência e reconhecidos como despesa no resultado pelo prazo do contrato (tipicamente 5 anos) e são revistos à medida que ocorrem mudanças nos termos dos contratos.

vi) Marcas representam os custos de aquisição da marca ‘*am/pm*’ no Brasil e da marca Extrafarma.

vii) Outros intangíveis referem-se principalmente ao programa de fidelidade Clube Extrafarma.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As despesas de amortização foram reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme demonstrado abaixo:

	2015	2014
Estoques e custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	11.522	8.916
Despesas com vendas e comerciais	436.253	370.828
Despesas gerais e administrativas	42.689	36.405
	<u>490.464</u>	<u>416.149</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

14 Financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro (Consolidado)

a. Composição

Descrição	2015	2014	Índice/Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 2015 - % a.a.	Vencimento
Moeda estrangeira:					
Financiamento externo (c.1) (*)	1.111.721	603.002	US\$ + LIBOR (i)	+0,7	2017 a 2018
Financiamento externo (c.1) (*)	576.645	-	US\$	+2,1	2017 a 2018
Financiamento externo (c.2) (c.3) (c.4)	397.586	158.039	US\$ + LIBOR (i)	+1,4	2017 a 2018
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	222.478	184.057	US\$	+1,5	< 351 dias
Instituições financeiras (e)	142.779	113.873	US\$	+2,8	2016 a 2017
Instituições financeiras (e)	77.800	53.254	US\$ + LIBOR (i)	+2,0	2016 a 2017
Adiantamento de Cambiais Entregues	50.132	25.409	US\$	+1,3	< 60 dias
Instituições financeiras (e)	27.110	32.343	MX\$ + THE (ii)	+1,0	2016
BNDES (d)	24.057	33.160	US\$	+6,0	2016 a 2020
Notas no mercado externo (b)	-	664.078	US\$		
Subtotal	2.630.308	1.867.215			
Moeda nacional:					
Banco do Brasil pós-fixado (f)	3.115.752	2.873.622	CDI	105,0	2016 a 2019
Debêntures – Ipiranga (g.2 e g.3)	1.413.101	1.409.540	CDI	107,9	2017 a 2018
Debêntures – 5ª emissão (g.4)	833.114	-	CDI	108,3	2018
BNDES (d)	409.339	530.983	TJLP (iii)	+2,7	2016 a 2021
Nota de crédito à exportação pós-fixada (h)	158.648	-	CDI	101,5	2018
Banco do Nordeste do Brasil	66.096	85.068	R\$	+8,5	2016 a 2021
FINEP	61.724	74.774	R\$	+4,0	2016 a 2021
BNDES (d)	49.681	62.581	R\$	+4,6	2016 a 2022
Arrendamento mercantil financeiro (i)	45.480	45.883	IGP-M (iv)	+5,6	2016 a 2031
BNDES (d)	30.878	-	SELIC (v)	+2,2	2016 a 2021
Nota de crédito à exportação (h) (*)	27.039	25.744	R\$	+8,0	2016
FINEP	11.174	9.078	TJLP (iii)	-1,4	2016 a 2023
Empréstimo de capital de giro pré-fixado Extrafarma	1.160	3.445	R\$	+10,3	2016
Arrendamento mercantil financeiro pós-fixado (i)	319	475	CDI	+2,8	2016 a 2017
FINAME	255	484	TJLP (iii)	+5,6	2016 a 2022
Arrendamento mercantil financeiro pré-fixado (i)	95	686	R\$	+15,4	2016 a 2017
Banco do Brasil pré-fixado (f) (*)	-	503.898			
Debêntures – 4ª emissão (g.1)	-	874.312			
Subtotal	6.223.855	6.500.573			
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros	47.445	7.424			
Total	8.901.608	8.375.212			
Circulante	1.097.855	3.442.364			
Não circulante	7.803.753	4.932.848			

(*) Essas operações foram designadas para *hedge accounting* (vide nota explicativa nº 30 – Contabilidade de proteção).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- (i) LIBOR = London Interbank Offered Rate.
- (ii) MX\$ = peso mexicano; TIIE = taxa mexicana de juros interbancários de equilíbrio.
- (iii) TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). Em 31 de dezembro de 2015, a TJLP estava fixada em 7% a.a.
- (iv) IGP-M = Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.
- (v) SELIC = Sistema Especial de Liquidação e Custódia

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2015	2014
De 1 a 2 anos	3.393.586	571.991
De 2 a 3 anos	3.165.603	2.390.747
De 3 a 4 anos	1.155.809	894.301
De 4 a 5 anos	38.585	1.006.869
Mais de 5 anos	50.170	68.940
	<u>7.803.753</u>	<u>4.932.848</u>

Conforme IAS 39 (CPC 8 (R1)), os custos de transação e os prêmios de emissão associados às operações de captações financeiras da Sociedade e suas controladas foram agregados aos respectivos passivos financeiros, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.j).

Para algumas dívidas, a administração contratou instrumentos de proteção à exposição cambial e à taxa de juros (vide nota explicativa nº 30).

b. Notas no mercado externo

Em dezembro de 2005, a controlada LPG International Inc. (“LPG”) emitiu US\$ 250 milhões de notas no mercado externo, com vencimento em dezembro de 2015 e encargo financeiro de 7,3% a.a., pagos semestralmente. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela sua controlada Oxiten S.A.

As notas foram liquidadas pela LPG na data do seu vencimento.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Financiamentos externos

- 1) A controlada IPP possui financiamentos externos no montante de US\$ 440 milhões. A IPP contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos dos financiamentos externos para, na média, 102,1% do CDI (vide nota explicativa nº 30). A IPP designou os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto os financiamentos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado. Os financiamentos externos são garantidos pela Sociedade.

Os financiamentos externos têm seus vencimentos de principal distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	US\$ (milhões)	Custo em % do CDI
mar/17	70,0	99,5
set/17	150,0	103,7
jul/18	60,0	103,0
set/18	80,0	101,5
nov/18 (*)	80,0	101,4
Total / custo médio	440,0	102,1

(*) A controlada IPP renegociou financiamento externo, com vencimento em novembro de 2015, no valor principal de US\$ 80 milhões, alterando seu vencimento para novembro de 2018.

- 2) A controlada Oxiten Overseas Corp. (“Oxiten Overseas”) possui financiamento externo no montante de US\$ 60 milhões, com vencimento em janeiro de 2017 e encargo financeiro de LIBOR + 1,0% a.a., pago semestralmente. A Sociedade, através da controlada Cia. Ultragaz, contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos do financiamento externo para 94,0% do CDI (vide nota explicativa nº 30). O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada Oxiten S.A.
- 3) A controlada LPG contratou financiamento externo no montante de US\$ 30 milhões, com vencimento em dezembro de 2018 e encargo financeiro de LIBOR + 1,85% a.a., pago trimestralmente. O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada IPP.
- 4) A controlada Global Petroleum Products Trading Corporation contratou financiamento externo no montante de US\$ 12 milhões, com vencimento em dezembro de 2018 e encargo financeiro de LIBOR + 1,85% a.a., pago trimestralmente. O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada IPP.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes índices financeiros, apurados com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas:

- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre dívida líquida e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA consolidados, menor ou igual a 3,5.
- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre LAJIDA consolidado e despesas financeiras líquidas consolidadas, maior ou igual a 1,5.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

d. BNDES

A Sociedade e suas controladas possuem financiamentos junto ao BNDES para alguns de seus investimentos realizados e para capital de giro.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes níveis de capitalização e de liquidez corrente, apurados em balanço anual consolidado auditado:

- nível de capitalização: patrimônio líquido / ativo total igual ou superior a 0,3; e
- nível de liquidez corrente: ativo circulante / passivo circulante igual ou superior a 1,3.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

e. Instituições financeiras

As controladas Oxitenó México S.A. de C.V, Oxitenó USA LLC e Oxitenó Uruguay possuem empréstimos para financiamento de investimentos e de capital de giro.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Banco do Brasil

A controlada IPP possui empréstimos pós-fixados junto ao Banco do Brasil destinados ao financiamento para comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária (etanol).

A controlada IPP renegociou empréstimo junto ao Banco do Brasil, com vencimento em fevereiro de 2015, no valor principal total de R\$ 333 milhões, alterando seus vencimentos para julho de 2017 e janeiro de 2018 com taxa pós-fixada de 106% do CDI.

A controlada IPP renegociou empréstimo junto ao Banco do Brasil, com vencimento em maio de 2015, no valor principal total de R\$ 200 milhões, alterando seus vencimentos para novembro de 2017 e abril de 2018 com taxa pós-fixada de 107% do CDI.

Os empréstimos têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 31 de dezembro de 2015):

Vencimento	
fev/16	226.016
mai/16	133.428
jan/17	1.146.711
jul/17	177.453
nov/17	101.565
jan/18	177.453
abr/18	101.566
mai/19	1.051.560
Total	<u>3.115.752</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g. Debêntures

- 1) Em março de 2012, a Sociedade efetuou sua quarta emissão de debêntures, em série única de 800 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000.000,00
Vencimento final:	16 de março de 2015
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	108,3% do CDI
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

As debêntures foram liquidadas pela Sociedade na data do seu vencimento.

- 2) Em dezembro de 2012, a controlada IPP efetuou sua primeira emissão pública de debêntures em série única de 60.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 10.000,00
Vencimento final:	16 de novembro de 2017
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	107,9% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

- 3) Em janeiro de 2014, a controlada IPP efetuou sua segunda emissão pública de debêntures em série única de 80.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 10.000,00
Vencimento final:	20 de dezembro de 2018
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	107,9% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- 4) Em março de 2015, a Sociedade efetuou sua quinta emissão de debêntures, em série única de 80.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 10.000,00
Vencimento final:	16 de março de 2018
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	108,25% do CDI
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Os recursos obtidos com essa emissão foram destinados à gestão de liquidez da emissora, de forma a reforçar o seu caixa e alongar o perfil da dívida, proporcionando maior flexibilidade financeira.

h. Nota de crédito à exportação

A controlada Oxiteno Nordeste possui contratos de nota de crédito à exportação nos montantes de R\$ 17,5 milhões e R\$ 10,0 milhões, com vencimentos em março e agosto de 2016, respectivamente e encargos financeiros pré-fixados de 8% a.a., pagos trimestralmente. Em maio de 2015, a controlada Oxiteno Nordeste contratou nota de crédito à exportação de R\$ 156,8 milhões com vencimento em maio de 2018 e encargos financeiros pós-fixados de 101,5% do CDI, pagos trimestralmente.

Para os contratos pré-fixados, a controlada Oxiteno Nordeste contratou instrumentos de proteção de taxa de juros, convertendo os encargos pré-fixados para 88,8% do CDI (vide nota explicativa nº 30), designando os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo. Desta forma, tanto os empréstimos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

i. Contratos de arrendamento mercantil financeiro

A controlada Cia. Ultragaz mantém contrato de arrendamento mercantil financeiro relativo à locação de bases de engarrafamento e vasilhames de GLP com vencimento em abril de 2031.

A controlada Extrafarma mantém contratos de arrendamento mercantil financeiro relacionados a equipamentos de informática, software e veículos, com prazos que variam de 24 a 60 meses.

Os valores do imobilizado e do intangível, líquidos de depreciação e amortização, e do passivo correspondentes a esses equipamentos, estão abaixo demonstrados:

2015					
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática e software	Veículos	Móveis, máquinas e equipamentos	Total
Imobilizado e intangível, líquidos de depreciação e amortização	19.890	438	95	-	20.423
Financiamento (valor presente)	<u>45.480</u>	<u>396</u>	<u>18</u>	<u>=</u>	<u>45.894</u>
Circulante	2.107	260	18	-	2.385
Não circulante	43.373	136	-	-	43.509

2014					
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática e software	Veículos	Móveis, máquinas e equipamentos	Total
Imobilizado e intangível, líquidos de depreciação e amortização	24.720	883	1.483	1.283	28.369
Financiamento (valor presente)	<u>45.883</u>	<u>874</u>	<u>163</u>	<u>124</u>	<u>47.044</u>
Circulante	1.950	515	145	124	2.734
Não circulante	43.933	359	18	-	44.310

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, estão apresentados abaixo:

2015					
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática e software	Veículos		Total
Até 1 ano	4.371	287	18		4.676
De 1 a 2 anos	4.371	155	-		4.526
De 2 a 3 anos	4.371	-	-		4.371
De 3 a 4 anos	4.371	-	-		4.371
De 4 a 5 anos	4.371	-	-		4.371
Mais de 5 anos	<u>45.165</u>	<u>-</u>	<u>-</u>		<u>45.165</u>
Total	<u>67.020</u>	<u>442</u>	<u>18</u>		<u>67.480</u>

2014					
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática e software	Veículos	Móveis e utensílios	Total
Até 1 ano	4.238	566	155	123	5.082
De 1 a 2 anos	4.238	288	18	-	4.544
De 2 a 3 anos	4.238	155	-	-	4.393
De 3 a 4 anos	4.238	-	-	-	4.238
De 4 a 5 anos	4.238	-	-	-	4.238
Mais de 5 anos	<u>48.024</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>48.024</u>
Total	<u>69.214</u>	<u>1.009</u>	<u>173</u>	<u>123</u>	<u>70.519</u>

As contraprestações acima incluem os valores de Imposto sobre Serviços ("ISS"), a serem pagos em contraprestações mensais, exceto para os desembolsos referentes às bases de engarrafamento de GLP.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

j. Custos de transação

Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor do instrumento financeiro contratado e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva, conforme abaixo:

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 2014	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 2015
Banco do Brasil (f)	0,3	14.474	600	(3.191)	11.883
Financiamento externo (c)	0,3	3.016	3.151	(1.518)	4.649
Debêntures (g)	0,0	2.157	958	(1.314)	1.801
Notas no mercado externo (b)	0,2	1.309	-	(1.309)	-
Outros	0,5	318	367	(140)	545
Total		21.274	5.076	(7.472)	18.878

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 2013	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 2014
Banco do Brasil (f)	0,4	19.797	-	(5.323)	14.474
Financiamento externo (c)	0,3	504	3.140	(628)	3.016
Debêntures (g)	0,2	4.730	1.422	(3.995)	2.157
Notas no mercado externo (b)	0,2	2.309	-	(1.000)	1.309
Outros	0,1	412	30	(124)	318
Total		27.752	4.592	(11.070)	21.274

O montante a apropriar ao resultado nos próximos exercícios tem a seguinte composição:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Banco do Brasil (f)	2.894	3.473	3.881	1.635	-	-	11.883
Financiamento externo (c)	2.425	1.459	765	-	-	-	4.649
Debêntures (g)	644	716	441	-	-	-	1.801
Outros	190	222	71	45	16	1	545
Total	6.153	5.870	5.158	1.680	16	1	18.878

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

k. Garantias

Para os financiamentos são mantidas garantias reais no montante de R\$ 52.312 em 2015 (R\$ 50.570 em 2014) e avais, fianças e notas promissórias no montante de R\$ 4.369.977 em 2015 (R\$ 3.779.450 em 2014).

Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas oferecem avais em cartas de fianças de processos judiciais e comerciais no montante de R\$ 187.551 em 2015 (R\$ 173.644 em 2014) e garantias relacionadas a importação de matéria-prima da controlada IPP no montante de R\$ 133.154 em 2015.

Algumas controladas da Oxiten emitem garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes (financiamento de “*vendor*”). Caso alguma controlada venha a ser instada a realizar pagamento relativo a essas garantias, a controlada poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. O montante máximo de pagamentos futuros relacionados a essas garantias é de R\$ 27.106 em 2015 (R\$ 26.684 em 2014), com vencimentos de até 213 dias. Até 31 de dezembro de 2015, as controladas não sofreram perdas relacionadas a essas garantias. O valor justo das garantias outorgadas reconhecido em demais contas a pagar no passivo circulante é de R\$ 656 em 2015 (R\$ 646 em 2014), sendo reconhecido no resultado à medida que os clientes liquidam a sua obrigação com as instituições financeiras.

A Sociedade e suas controladas têm em certos financiamentos cláusulas de inadimplência cruzada que as obrigam a pagar a dívida contratada no caso de inadimplência de outras dívidas em valor igual ou superior a US\$ 15 milhões. Em 31 de dezembro de 2015, não havia casos de inadimplência em relação às dívidas da Sociedade e de suas controladas.

15 Fornecedores (Consolidado)

	2015	2014
Fornecedores nacionais	1.390.204	1.196.876
Fornecedores estrangeiros	<u>70.328</u>	<u>82.626</u>
	<u>1.460.532</u>	<u>1.279.502</u>

As controladas da Sociedade adquirem combustíveis e GLP da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e de suas controladas e eteno da Braskem S.A. Esses fornecedores possuem praticamente a totalidade dos mercados destes produtos no Brasil. As controladas da Sociedade dependem da capacidade desses fornecedores de fornecer produtos em tempo hábil e por preços e termos favoráveis. A perda de algum dos principais fornecedores ou uma redução significativa na disponibilidade do produto desses fornecedores poderia ter um efeito negativo significativo na Sociedade e suas controladas. A Sociedade e suas controladas acreditam que os relacionamentos com seus fornecedores são satisfatórios.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

16 Salários e encargos sociais (Consolidado)

	2015	2014
Provisões sobre folha de pagamento	149.818	128.181
Participação nos lucros, bônus e prêmios	201.579	108.632
Encargos sociais	43.782	44.747
Salários e honorários	6.993	10.904
Benefícios	1.558	1.617
Outros	583	498
	<u>404.313</u>	<u>294.579</u>

17 Obrigações tributárias (Consolidado)

	2015	2014
ICMS	111.107	93.761
IVA das controladas Oxiteno México, Oxiteno USA, Oxiteno Andina e Oxiteno Uruguay	26.342	14.822
PIS e COFINS	11.165	11.922
ISS	6.976	6.304
IPI	4.949	3.858
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	3.309	2.991
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	2.418	2.267
Outros	2.538	2.910
	<u>168.804</u>	<u>138.835</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

18 Benefícios a empregados e plano de previdência privada (Consolidado)

a. *ULTRAPREV - Associação de Previdência Complementar*

Em fevereiro de 2001, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou a adoção de um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida, patrocinado pela Sociedade e suas controladas. Desde agosto de 2001, empregados participantes contribuem para este plano, administrado pela Ultraprev - Associação de Previdência Complementar ("Ultraprev"). Nos termos do plano, a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, até o limite de 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, com base no seu salário. As sociedades patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam, eles optam entre receber: (i) uma quantia mensal, que varia entre 0,5% e 1,0% sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 25 anos. Assim sendo, a Sociedade e suas controladas não assumem responsabilidade por garantir valores e prazos de recebimento de aposentadoria. Em 2015, a Sociedade e suas controladas contribuíram com R\$ 22.216 (R\$ 19.784 em 2014) à Ultraprev, valor contabilizado como despesa no resultado do exercício. O total de empregados vinculados ao plano em 31 de dezembro de 2015 atingiu 8.903 participantes ativos e 169 participantes aposentados. Adicionalmente, a Ultraprev possuía 28 ex-funcionários recebendo benefícios conforme as regras de plano anterior cujas reservas estão plenamente constituídas.

b. *Benefícios pós-emprego*

A Sociedade e suas controladas reconhecem provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço, indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("FGTS"), plano de assistência médica e odontológica e seguro de vida para aposentados elegíveis.

Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente em 31 de dezembro de 2015, e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme o IAS 19 R2011 (CPC 33 R2).

	2015	2014
Plano de Assistência Médica e Odontológica	24.869	28.521
Multa FGTS	59.517	50.881
Gratificação	28.835	25.288
Seguro de vida	13.374	15.101
Total	126.595	119.791
Circulante	13.747	11.419
Não circulante	112.848	108.372

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação do valor presente da obrigação de benefício pós-emprego está apresentada a seguir:

	2015	2014
Saldo inicial	119.791	111.296
Custo dos serviços correntes	6.395	2.594
Custo dos juros	13.681	12.718
Ganhos atuariais decorrentes de alterações de hipóteses	(6.288)	(455)
Benefícios pagos diretamente pela Sociedade e suas controladas	<u>(6.984)</u>	<u>(6.362)</u>
Saldo final	<u>126.595</u>	<u>119.791</u>

A despesa do exercício está apresentada a seguir:

	2015	2014
Plano de Assistência Médica e Odontológica	3.291	3.699
Multa FGTS	10.445	6.740
Gratificação	4.352	3.159
Seguro de vida	<u>1.683</u>	<u>1.714</u>
Total	<u>19.771</u>	<u>15.312</u>

As principais premissas atuariais utilizadas são:

Hipóteses econômicas	2015 % a.a.	2014 % a.a.
Taxa de desconto a valor presente da obrigação atuarial	12,71	11,82
Taxa média nominal de crescimento salarial projetada	8,98	8,38
Taxa de inflação (longo prazo)	5,0	5,2
Taxa de crescimento dos serviços médicos	9,20	9,41

Hipóteses demográficas

Tábua de Mortalidade para seguro de vida – CSO-80

Tábua de Mortalidade demais benefícios – AT 2000 *Basic* desagravada em 10%

Tábua de Mortalidade de Inválidos – RRB 1983

Tábua de Entrada em Invalidez – RRB 1944 modificada

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da provisão para benefício pós-emprego são: taxa de desconto, crescimento salarial e custos médicos. As análises de sensibilidade em 31 de dezembro de 2015 a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período das demonstrações financeiras, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Premissa	Mudança na premissa	Aumento no passivo	Mudança na premissa	Diminuição no passivo
Taxa de desconto	aumento 1,0 p.p.	6.794	diminuição 1,0 p.p.	7.742
Taxa de crescimento salarial	aumento 1,0 p.p.	578	diminuição 1,0 p.p.	534
Taxa de crescimento dos serviços médicos	aumento 1,0 p.p.	2.759	diminuição 1,0 p.p.	2.342

A análise de sensibilidade apresentada pode não representar a mudança real na obrigação de benefício pós-emprego, uma vez que não é provável que a mudança ocorra nas premissas isoladamente, considerando que algumas dessas premissas podem estar correlacionadas.

Riscos inerentes ao benefício pós-emprego

Risco de taxa de juros: para calcular o valor presente do passivo do plano de benefício pós-emprego é utilizada a taxa de juros de longo prazo. Uma redução nessa taxa de juros aumentará o passivo correspondente.

Risco de crescimento salarial: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência os salários dos participantes do plano, projetados pela taxa média nominal de crescimento salarial. Um aumento real do salário dos participantes do plano aumentará o passivo correspondente.

Risco de custos médicos: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência o custo médico por faixa etária com base nas despesas assistenciais reais, projetado com base na taxa de crescimento dos serviços médicos. Um aumento real do custo médico aumentará o passivo correspondente.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

19 Provisão para retirada de tanques (Consolidado)

Esta provisão corresponde à obrigação legal de retirar tanques subterrâneos da Ipiranga localizados em postos de sua marca após determinado prazo de utilização (vide nota explicativa nº 2.m).

A tabela a seguir indica a movimentação da provisão para retirada de tanques:

	2015	2014
Saldo inicial	70.802	69.661
Adições (novos tanques)	625	709
Gastos com tanques retirados	(3.949)	(4.026)
Despesa com atualização	7.238	4.458
	<hr/>	<hr/>
Saldo final	<u>74.716</u>	<u>70.802</u>
Circulante	5.232	4.598
Não circulante	69.484	66.204

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

20 Provisões e contingências (Consolidado)

a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas em andamento tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião dos departamentos jurídicos da Sociedade e de seus assessores legais externos e são estimadas e atualizadas pela administração.

O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

Provisões	Saldo em 2014	Adições	Baixas	Atualizações	Saldo em 2015
IRPJ e CSLL (a.1.1)	406.478	-	-	33.445	439.923
PIS e COFINS (a.1.2)	119.237	-	-	16.581	135.818
ICMS	20.829	-	(3.503)	(726)	16.600
Previdenciárias	10.483	317	(212)	867	11.455
Cíveis, ambientais e regulatórias (a.2.1)	58.336	6.689	(4.860)	128	60.293
Trabalhistas (a.3.1)	71.516	6.335	(13.653)	1.190	65.388
Outras	562	7	(88)	24	505
Total	687.441	13.348	(22.316)	51.509	729.982
Circulante	64.169				45.322
Não circulante	623.272				684.660

Algumas das provisões tributárias acima apresentadas possuem no todo, ou em parte, depósitos judiciais a elas relacionados no montante de R\$ 548.150 em 2015 (R\$ 505.650 em 2014).

a.1) Provisões tributárias e previdenciárias

a.1.1) Em 7 de outubro de 2005, as controladas Cia. Ultragaz e Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. (“Bahiana”) ingressaram com mandado de segurança e obtiveram liminar para realizar a compensação de créditos de PIS e COFINS sobre compras de GLP com outros tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, notadamente IRPJ e CSLL. A decisão foi confirmada em sentença favorável de 1ª instância em 16 de maio de 2008. Diante da liminar concedida, as controladas realizaram depósitos judiciais cujo saldo atual totaliza R\$ 422.678 em 2015 (R\$ 388.675 em 2014). Em 18 de julho de 2014, foi publicada decisão de 2ª instância desfavorável e as controladas suspenderam os depósitos, voltando a recolher tais tributos. Para reestabelecer o direito à realização dos depósitos, foi apresentada medida cautelar que foi indeferida em 30 de dezembro de 2014, e a Sociedade recorreu desta decisão em 3 de fevereiro de 2015. Em relação ao mérito, foram apresentados recursos aos respectivos tribunais superiores (STJ e STF) cujo julgamento encontra-se pendente.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a.1.2) As controladas Oxiten S.A., Oxiten Nordeste, Cia. Ultragaz, Tequimar, Tropical Transportes Ipiranga Ltda., Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A. (“EMCA”), IPP e Extrafarma possuem mandados de segurança objetivando a exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. A Oxiten Nordeste e a IPP efetuaram depósitos judiciais dos valores questionados, bem como constituíram a respectiva provisão no montante de R\$ 99.874 em 2015 (R\$ 92.457 em 2014).

a.2) Provisões cíveis, ambientais e regulatórias

a.2.1) A Sociedade e suas controladas possuem provisões para litígios sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-prestadores de serviços, indenizações, bem como para questões ambientais e regulatórias, no montante de R\$ 60.293 em 2015 (R\$ 58.336 em 2014).

a.3) Provisões trabalhistas

a.3.1) A Sociedade e suas controladas mantêm provisão de R\$ 65.388 em 2015 (R\$ 71.516 em 2014) para fazer face a processos de cunho trabalhista, que consistem, basicamente, em ações ajuizadas por empregados e prestadores de serviços, questionando parcelas decorrentes da relação de trabalho e suposto vínculo trabalhista.

b. Passivos contingentes (possíveis)

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas cujo prognóstico de perda é avaliado como possível (chances de perda de 50% ou menos) pelos departamentos jurídicos da Sociedade e seus assessores legais externos e, com base nesta avaliação, não se encontram provisionados nas demonstrações financeiras. O montante estimado relativo aos passivos contingentes avaliados com probabilidade de perda possível é R\$ 2.069.516 em 2015.

b.1) Passivos contingentes tributários e previdenciários

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza tributária e previdenciária no valor de R\$ 1.261.396 em 2015, dos quais se destacam:

b.1.1) A controlada IPP e suas controladas discutem a não homologação de compensação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”) apropriados em entradas de insumos tributados cujas saídas posteriores se deram sob o abrigo da imunidade. O montante referente a esta contingência é R\$ 154.821 em 2015.

b.1.2) A controlada IPP e suas controladas possuem processos relacionados ao ICMS cujo valor total envolvido é de R\$ 509.604 em 2015. Decorrem em sua maioria de créditos considerados indevidos no valor de R\$ 294.454, dos quais R\$ 119.663 se referem à exigência de estorno proporcional de créditos de ICMS relacionados às aquisições de álcool hidratado; de suposta falta de recolhimento do imposto no valor de R\$ 105.070; de diferenças de estoque no valor de R\$ 103.428 relacionadas às sobras ou faltas ocorridas em função de diferenças de temperatura ou manuseio do produto; e de descumprimento de obrigações acessórias no valor de R\$ 6.652.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.1.3) A Sociedade e suas controladas também são parte em ações administrativas e judiciais envolvendo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, substancialmente envolvendo indeferimento de compensações e glosa de créditos no valor de R\$ 308.377 em 2015.

b.2) Passivos contingentes cíveis, ambientais e regulatórias

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza cível, ambiental e regulatória no valor de R\$ 582.960 em 2015, dos quais se destacam:

b.2.1) A controlada Cia. Ultragaz respondeu a processo administrativo junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), sob alegação de prática anticoncorrencial em municípios da região do Triângulo Mineiro em 2001, no qual foi condenada à multa de R\$ 23.104. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial.

b.2.2) Em decorrência do incêndio ocorrido em 2 de abril de 2015 no terminal de Santos da controlada Tequimar, a CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo imputou multa de R\$ 22.500, em razão dos alegados impactos ambientais e urbanos ocasionados pelo incidente. Diante da autuação, foi apresentada a respectiva impugnação ainda na esfera de primeira instância, junto ao órgão ambiental, na qual foi arguida, entre outros aspectos, a inaplicabilidade de legislação federal, visto a existência de legislação estadual que regula a matéria, o que pode ensejar na redução da multa aplicada. Foi também alegada a ausência de conduta ilícita por parte do Tequimar. Para maiores informações vide nota explicativa nº 32.

b.3) Passivos contingentes trabalhistas

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza trabalhista no valor de R\$ 225.160 em 2015, dos quais destaca-se:

b.3.1) O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas (Sindiquímica), ao qual são filiados os empregados de controladas situadas no Pólo Petroquímico de Camaçari, Oxiteno Nordeste e EMCA, ajuizou, em 1990, ações individuais contra as controladas, pleiteando o cumprimento da cláusula quarta da Convenção Coletiva de Trabalho, que previa reajuste salarial, em detrimento das políticas salariais efetivamente praticadas. No mesmo ano houve também o ajuizamento da ação coletiva de natureza declaratória pelo Sindicato Patronal (SINPEQ), contra o Sindiquímica, com pedido de reconhecimento de perda de eficácia da mesma cláusula quarta. As ações individuais, que já transitaram em julgado, foram julgadas de forma favorável às controladas Oxiteno Nordeste e EMCA e a ação coletiva permanece aguardando julgamento no STF. Em 2010, algumas empresas do Pólo de Camaçari firmaram acordo com o Sindiquímica e noticiaram o fato na ação coletiva em trâmite no STF. Em outubro de 2015, o Sindiquímica ajuizou ações de cumprimento em face de todas as empresas que não celebraram acordo, entre elas a Oxiteno Nordeste e a EMCA.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

21 Receita diferida (Consolidado)

As controladas da Sociedade têm reconhecidas as seguintes receitas diferidas:

	2015	2014
Taxa inicial de franquia <i>am/pm</i> e <i>Jet Oil</i>	16.988	14.785
Programa de fidelidade Km de Vantagens	10.569	10.025
Programa de fidelidade Clube Extrafarma	7.899	6.349
	<hr/>	<hr/>
	35.456	31.159
	<hr/>	<hr/>
Circulante	24.420	23.450
Não circulante	11.036	7.709

Programa de fidelidade

A controlada IPP possui um programa de fidelidade chamado Km de Vantagens (www.kmdevantagens.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos quando estes compram produtos nos postos Ipiranga ou em seus parceiros. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de um ano, por descontos em produtos e serviços oferecidos pela Ipiranga e pelos seus parceiros. Os pontos recebidos por clientes da Ipiranga e passíveis de utilização no parceiro Multiplus Fidelidade e por descontos no posto virtual da Ipiranga na internet (www.postoipiranganaweb.com.br) são considerados parte da receita de vendas.

A controlada Extrafarma possui um programa de fidelidade chamado Clube Extrafarma (www.clubeextrafarma.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos obtidos na compra de produtos em sua rede de drogarias. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de um ano, por prêmios oferecidos pelos seus parceiros. Os pontos recebidos por clientes da Extrafarma são passíveis de utilização no parceiro Multiplus Fidelidade e para recarga de crédito em telefonia celular e são considerados parte da receita de vendas.

A receita diferida é estimada com base no valor justo dos pontos emitidos, que leva em consideração o valor dos prêmios e a expectativa de resgate dos pontos. A receita diferida é reconhecida no resultado quando os pontos são resgatados, momento no qual os custos incorridos também são reconhecidos no resultado. A receita diferida de pontos não resgatados também é reconhecida no resultado quando os pontos expiram.

Taxa inicial de franquia

A *am/pm* é a rede de lojas de conveniências dos postos Ipiranga, que em 2015 eram representadas por 1.909 lojas (1.708 lojas em 2014). O *Jet Oil* é a rede especializada em troca de óleo e serviços automotivos dos postos Ipiranga, que em 2015 eram representadas por 1.466 lojas (1.337 lojas em 2014). A taxa inicial de franquia recebida pela Ipiranga é diferida e apropriada ao resultado linearmente ao longo do período dos contratos com os franqueados.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

A Sociedade é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA sob o código UGPA3 e na Bolsa de Nova Iorque (NYSE) através de *American Depositary Receipts* (“ADRs”) nível III sob o código UGP. Em 31 de dezembro de 2015, o capital social subscrito e integralizado estava representado por 556.405.096 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo vedadas as emissões de ações preferenciais e de partes beneficiárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

O preço das ações de emissão da Sociedade na BM&FBOVESPA em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 60,45.

Em 31 de janeiro de 2014 foi aprovada, através das Assembleias Gerais Extraordinárias da Sociedade e da Extrafarma, a emissão de 12.021.100 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo R\$ 141.913 como aumento de capital social, perfazendo um capital social de R\$ 3.838.686, dividido em 556.405.096 ações. Para maiores informações vide nota explicativa nº 3.a).

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade estava autorizada a aumentar o capital social até o limite de 800.000.000 ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2015 estavam em circulação no exterior 29.385.497 ações ordinárias na forma de ADRs (31.714.297 ações em 31 de dezembro de 2014).

b. Ações em tesouraria

A Sociedade adquiriu ações de sua emissão a preços de mercado, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos das Instruções CVM 10, de 14 de fevereiro de 1980, e 268, de 13 de novembro de 1997.

Em 10 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou programa de recompra de ações de sua emissão (“Programa de Recompra 2014/15”), com prazo máximo de 365 dias contados a partir de 12 de dezembro de 2014 e quantidade máxima de ações a ser adquirida de 6.500.000 ações ordinárias. Foram adquiridas pela Sociedade no Programa de Recompra 2014/15, 6.143.200 ações ao custo médio de R\$ 63,07 por ação.

Em 31 de dezembro de 2015, 13.321.356 ações ordinárias (7.148.156 ações em 2014) eram mantidas em tesouraria pela Sociedade, adquiridas ao custo médio de R\$ 36,85 (R\$ 14,42 em 2014).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Reserva de capital

A reserva de capital reflete o ganho com a alienação de ações a preço de mercado para manutenção em tesouraria nas controladas da Sociedade, ao preço médio de R\$ 26,09 por ação. Tais ações foram utilizadas para concessão de usufruto a executivos dessas controladas, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.c).

Por conta da emissão das 12.021.100 ações ordinárias ocorrida em 31 de janeiro de 2014, houve um aumento da reserva de capital no montante de R\$ 498.812, devido à diferença do valor atribuído ao capital social e o valor de mercado da ação da Ultrapar na data da emissão. Para maiores informações vide nota explicativa nº 3.a). Adicionalmente, a Sociedade incorreu em custos na emissão das ações no montante de R\$ 2.260, reduzindo o valor da reserva.

d. Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação reflete a reavaliação de ativos de controladas e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados das controladas, considerando-se, ainda, os efeitos tributários constituídos por essas controladas.

e. Reservas de lucros

Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade apropria 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou absorção de perdas, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

Reserva de retenção de lucros

Constituída em exercícios anteriores e destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente em expansão, produtividade e qualidade, aquisições e novos investimentos, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Reserva estatutária para investimentos

Constituída em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 55.c) do Estatuto Social com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Sociedade, permitindo a realização de novos investimentos. Como previsto no estatuto, a Sociedade pode alocar até 45% do lucro líquido à reserva estatutária para investimentos, até o limite de 100% do capital social.

As reservas de retenção de lucros e estatutária para investimentos são livres para distribuição aos acionistas e totalizavam R\$ 3.329.649 em 2015 e (R\$ 2.772.527 em 2014).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Outros resultados abrangentes

Ajustes de avaliação patrimonial

São reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial, as diferenças entre o valor justo e o custo amortizado das aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado, caso ocorra a liquidação antecipada dos instrumentos financeiros.

Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego, apurados em avaliação conduzida por atuário independente, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.

Os ganhos e perdas com os instrumentos de proteção de compromissos firmes de taxa de câmbio designados como *hedge* de fluxo de caixa, são contabilizados no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados como custo inicial do ativo não financeiro.

Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

A variação de taxas de câmbio sobre os ativos, passivos e resultados de controladas no exterior com (i) moeda funcional diferente da moeda funcional da Sociedade e (ii) administração própria, é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição e movimentação dos outros resultados abrangentes da Controladora são demonstradas conforme a seguir:

	Valor justo dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa	Valor justo de aplicações financeiras disponíveis para venda	Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego	Total de ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão
Em 2013	-	5	5.423	5.428	38.076
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, incluindo os efeitos de variação cambial dos instrumentos de <i>hedge</i> de investimentos	-	-	-	-	5.116
Variação de valor justo	-	46	-	46	-
Ganhos atuariais em benefícios pós- emprego	-	-	2.538	2.538	-
IR e CS sobre ganhos atuariais	-	-	(863)	(863)	-
Em 2014	-	51	7.098	7.149	43.192
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, incluindo os efeitos de variação cambial dos instrumentos de <i>hedge</i> de investimentos	-	-	-	-	23.733
Variação de valor justo	6.261	1.472	-	7.733	-
Ganhos atuariais em benefícios pós- emprego	-	-	6.321	6.321	-
IR e CS sobre ganhos atuariais	-	-	(2.250)	(2.250)	-
Em 2015	<u>6.261</u>	<u>1.523</u>	<u>11.169</u>	<u>18.953</u>	<u>66.925</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g. Dividendos

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 50% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas. Os dividendos propostos a pagar em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 389.164 (R\$ 0,71 – setenta e um centavos de Real por ação), foram aprovados pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2015, pagos a partir de 13 de março de 2015, tendo sido ratificados em Assembleia Geral Ordinária de 15 de abril de 2015. Em 5 de agosto de 2015, o Conselho de Administração deliberou antecipação dos dividendos de 2015, no montante de R\$ 436.842 (R\$ 0,80 – oitenta centavos de Real por ação), pagos a partir de 21 de agosto de 2015. Os dividendos propostos a pagar em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 434.467 (R\$ 0,80 – oitenta centavos de Real por ação), foram aprovados pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2016, e serão pagos a partir de 4 de março de 2016.

A proposta de dividendos reconhecida nas demonstrações financeiras da Sociedade, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, é assim demonstrada:

	2015
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Ultrapar	1.503.466
Reserva legal	<u>(75.173)</u>
Lucro líquido do exercício após reserva legal	1.428.293
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	714.147
Dividendos intermediários pagos - R\$ 0,80 por ação	<u>(436.842)</u>
Dividendos mínimos a pagar – Passivo circulante	277.305
Dividendos propostos a pagar adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios – Patrimônio líquido	<u>157.162</u>
Dividendos propostos a pagar - R\$ 0,80 por ação	<u>434.467</u>
Reserva estatutária para investimentos	<u>556.984</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

23 Receita de vendas e de serviços prestados (Consolidado)

	2015	2014
Receita de vendas bruta	77.463.652	69.088.648
Receita de serviços prestados bruta	568.556	578.205
Impostos sobre vendas	(2.011.860)	(1.628.483)
Devoluções e abatimentos	(360.777)	(302.915)
Receita diferida (vide nota explicativa nº 21)	(4.297)	843
	<u>75.655.274</u>	<u>67.736.298</u>
Receita líquida de vendas e serviços	<u>75.655.274</u>	<u>67.736.298</u>

24 Despesas por natureza (Consolidado)

A Sociedade apresenta a demonstração do resultado consolidado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	2015	2014
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	67.763.793	61.308.509
Gastos com pessoal	1.950.776	1.619.830
Fretes e armazenagens	1.134.388	1.003.462
Depreciação e amortização	1.002.647	887.827
Propaganda e marketing	177.336	182.674
Serviços prestados por terceiros	255.750	223.632
Aluguel de imóveis e equipamentos	143.677	122.130
Outras despesas	343.237	245.529
	<u>72.771.604</u>	<u>65.593.593</u>
Total	<u>72.771.604</u>	<u>65.593.593</u>
Classificado como:		
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	68.933.702	62.304.631
Despesas com vendas e comerciais	2.516.561	2.158.659
Despesas gerais e administrativas	1.321.341	1.130.303
	<u>72.771.604</u>	<u>65.593.593</u>
Total	<u>72.771.604</u>	<u>65.593.593</u>

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são reconhecidos no resultado e totalizaram R\$ 41.368 em 2015 (R\$ 36.956 em 2014).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

25 Resultado na venda de bens (Consolidado)

O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado ou intangível. Em 2015 o resultado foi um ganho de R\$ 27.276 (ganho de R\$ 36.978 em 2014) representado principalmente pelo resultado da venda de ativo imobilizado.

26 Outros resultados operacionais, líquidos (Consolidado)

	2015	2014
Parceria comercial ⁽¹⁾	21.646	46.140
Merchandising ⁽²⁾	58.275	37.177
Programa de fidelidade ⁽³⁾	22.455	13.305
Ajuste de capital de giro e dívida líquida – aquisição Extrafarma (vide nota explicativa nº 3.a)	13.784	-
Sinistro Ultracargo – incêndio em Santos (vide nota explicativa nº 32)	(92.192)	-
Indenização uso indevido de marca Ultratecno	16.000	-
Outros	10.616	10.292
	<hr/>	<hr/>
Outros resultados operacionais, líquidos	50.584	106.914

⁽¹⁾ Refere-se a contratos com prestadores de serviços e fornecedores que estabelecem acordos comerciais para as lojas de conveniência e postos de combustíveis.

⁽²⁾ Refere-se a contratos com fornecedores de produtos das lojas de conveniência, onde são estabelecidos, dentre outros acordos, campanhas promocionais.

⁽³⁾ Refere-se a venda de km de vantagens para parceiros do programa de fidelidade, sendo a receita reconhecida no momento em que os parceiros concedem os pontos aos seus clientes.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

27 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras	175.391	131.852	341.739	298.977
Juros de clientes	-	-	81.374	63.090
Outras receitas	7	37	3.316	3.942
	<u>175.398</u>	<u>131.889</u>	<u>426.429</u>	<u>366.009</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	-	-	(666.791)	(526.707)
Juros sobre debêntures	(113.562)	(97.540)	(308.290)	(255.419)
Juros sobre arrendamento mercantil financeiro	-	-	(4.023)	(5.883)
Encargos bancários, impostos sobre operações financeiras e outros impostos	(829)	3.411	(46.966)	(20.512)
Variações cambiais, líquidas de resultado de instrumentos de proteção	-	-	(71.384)	(1.365)
Atualização dos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 3.a)	(21.154)	(649)	(21.154)	(649)
Atualizações de provisões, líquidas, e outras despesas	(24)	(17)	(11.159)	(881)
	<u>(135.569)</u>	<u>(94.795)</u>	<u>(1.129.767)</u>	<u>(811.416)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>39.829</u>	<u>37.094</u>	<u>(703.338)</u>	<u>(445.407)</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

28 Lucro por ação (Controladora e Consolidado)

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro por ação. A Sociedade possui bônus de subscrição e plano de remuneração em ações, conforme mencionados nas notas explicativas nº 3.a) e 8.c), respectivamente.

Lucro básico por ação	2015	2014
Lucro líquido da Sociedade	<u>1.503.466</u>	<u>1.241.563</u>
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	543.775	545.679
Lucro básico por ação - R\$	<u>2,7649</u>	<u>2,2753</u>

Lucro diluído por ação	2015	2014
Lucro líquido da Sociedade	<u>1.503.466</u>	<u>1.241.563</u>
Média ponderada das ações em circulação (em milhares), incluindo usufruto de ações	548.054	549.552
Lucro diluído por ação - R\$	<u>2,7433</u>	<u>2,2592</u>

Média ponderada das ações (em milhares)	2015	2014
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro básico por ação:	543.775	545.679
Efeito da diluição		
Bônus de subscrição	2.161	1.832
Usufruto de ações	2.118	2.041
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro diluído por ação:	<u>548.054</u>	<u>549.552</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

29 Informações por segmento

A Sociedade possui cinco segmentos de negócios relevantes: distribuição de gás, distribuição de combustíveis, químico, armazenagem e, a partir de 31 de janeiro de 2014, drogarias. O segmento de distribuição de gás (Ultragaz) distribui GLP a consumidores residenciais, comerciais e industriais, principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País. O segmento de distribuição de combustíveis (Ipiranga) opera na distribuição e venda de gasolina, etanol, diesel, óleo combustível, querosene, gás natural para veículos, lubrificantes e atividades relacionadas, em todo território nacional. O segmento químico (Oxiten) produz óxido de eteno e seus principais derivados e alcoóis graxos, que são matérias-primas para os segmentos de cosméticos e detergentes, agroquímicos, e de tintas e vernizes, entre outros. O segmento de armazenagem (Ultracargo) opera terminais para grânéis líquidos, principalmente nas Regiões Sudeste e Nordeste do País. O segmento de drogarias (Extrafarma) comercializa medicamentos e produtos de higiene pessoal, beleza e cosméticos, no varejo e no atacado, principalmente por meio de rede própria de drogarias estabelecidas nos Estados do Amapá, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e São Paulo. Os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros.

As principais informações financeiras sobre cada um dos segmentos da Sociedade podem ser assim demonstradas:

	2015	2014
Receita líquida de vendas e serviços:		
Ultragaz	4.621.242	4.091.273
Ipiranga	65.349.812	58.830.055
Oxiten	4.082.479	3.413.620
Ultracargo	315.510	346.477
Extrafarma	1.336.255	1.101.310 ⁽¹⁾
Outros ⁽²⁾	45.244	40.005
Vendas entre segmentos	(95.268)	(86.442)
Total	<u>75.655.274</u>	<u>67.736.298</u>
Vendas entre segmentos:		
Ultragaz	3.027	3.222
Ipiranga	-	-
Oxiten	2.576	1.459
Ultracargo	44.395	41.998
Extrafarma	-	-
Outros ⁽²⁾	45.270	39.763
Total	<u>95.268</u>	<u>86.442</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	2015	2014
Receita líquida de vendas e serviços, excluindo vendas entre segmentos:		
Ultragaz	4.618.215	4.088.051
Ipiranga	65.349.786	58.830.055
Oxitenó	4.079.903	3.412.161
Ultracargo	271.115	304.479
Extrafarma	1.336.255	1.101.310 ⁽¹⁾
Outros ⁽²⁾	-	242
Total	<u>75.655.274</u>	<u>67.736.298</u>
 Lucro (prejuízo) operacional:		
Ultragaz	213.895	168.964
Ipiranga	2.154.606	1.700.879
Oxitenó	579.541	264.246
Ultracargo	(16.058)	117.339
Extrafarma	4.985	16.946 ⁽¹⁾
Outros ⁽²⁾	24.561	18.223
Total	<u>2.961.530</u>	<u>2.286.597</u>
 Equivalência patrimonial:		
Ultragaz	(55)	165
Ipiranga	(21.779)	(17.772)
Oxitenó	2.003	987
Ultracargo	699	181
Outros ⁽²⁾	8.248	(50)
Total	<u>(10.884)</u>	<u>(16.489)</u>
 Receitas financeiras	426.429	366.009
Despesas financeiras	<u>(1.129.767)</u>	<u>(811.416)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>2.247.308</u>	<u>1.824.701</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	2015	2014
Adições ao imobilizado e intangível:		
Ultragaz	251.463	214.305
Ipiranga	921.634	880.502
Oxitenó	136.314	115.986
Ultracargo	24.463	28.565
Extrafarma	80.813	57.188 ⁽¹⁾
Outros ⁽²⁾	24.248	27.813
Total de adições ao imobilizado e intangível (vide notas explicativas nº 12 e 13)	1.438.935	1.324.359
Provisão para retirada de tanques (vide nota explicativa nº 19)	(625)	(709)
Juros capitalizados	(25.207)	(8.833)
Total de investimentos em imobilizado e intangível (fluxo de caixa)	1.413.103	1.314.817
	2015	2014
Depreciação e amortização no resultado:		
Ultragaz	143.207	136.413
Ipiranga	612.727	528.987
Oxitenó	158.261	138.501
Ultracargo	41.668	49.372
Extrafarma	23.744	12.843 ⁽¹⁾
Outros ⁽²⁾	23.040	21.711
Total	1.002.647	887.827
	2015	2014
Ativos totais (excluindo transações entre segmentos):		
Ultragaz	2.195.314	2.701.673
Ipiranga	11.292.350	9.138.758
Oxitenó	4.148.716	4.229.501
Ultracargo	1.283.613	1.382.969
Extrafarma	1.570.024	602.409
Outros ⁽²⁾	476.032	1.425.072
Total	20.966.049	19.480.382

⁽¹⁾ Informações referentes ao período de 1 de fevereiro a 31 de dezembro de 2014.

⁽²⁾ A linha “Outros” é formada pela controladora Ultrapar (incluindo ágio de certas aquisições) e pelas controladas Serma - Associação dos Usuários de Equipamentos de Processamento de Dados e Serviços Correlatos (“Serma”) e Imaven Imóveis Ltda.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Informações relativas à área geográfica

Os ativos imobilizados e intangíveis da Sociedade e suas controladas estão localizados no Brasil, exceto aqueles referentes às plantas da Oxiteno no exterior, conforme demonstrado abaixo:

	2015	2014
Estados Unidos ⁽¹⁾	201.286	137.470
México ⁽¹⁾	140.759	107.554
Uruguai ⁽¹⁾	79.408	55.855
Venezuela	4.364	18.763

⁽¹⁾ O aumento do imobilizado e intangível em 2015 se deve substancialmente à desvalorização do Real frente às moedas funcionais das controladas sediadas no exterior utilizada na conversão das informações.

A Sociedade gera receitas em suas operações no Brasil, nos Estados Unidos, no México, no Uruguai e na Venezuela bem como através da exportação de produtos a clientes estrangeiros, conforme demonstrado abaixo:

	2015	2014
Receita líquida das vendas:		
Brasil	74.337.803	66.798.903
México	215.141	138.651
Venezuela	158.020	73.390
Uruguai	37.938	32.293
Outros países da América Latina	392.748	324.612
Estados Unidos e Canadá	166.277	152.384
Extremo Oriente	190.160	58.684
Europa	101.931	89.370
Outros	55.256	68.011
Total	<u>75.655.274</u>	<u>67.736.298</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

30 Riscos e instrumentos financeiros (Consolidado)

Gestão de riscos e instrumentos financeiros - Governança

Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

A Sociedade possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo seu Conselho de Administração (“Política”). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de moedas, juros, crédito e seleção de instrumentos financeiros. A governança da gestão dos riscos e instrumentos financeiros segue a segregação de responsabilidades abaixo:

- A execução da gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros é feita pela diretoria financeira, através da tesouraria, com acompanhamento das áreas fiscal e contábil.
- A supervisão e monitoramento do cumprimento dos princípios, diretrizes e parâmetros da Política é de responsabilidade do Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras, composto por membros da Diretoria Executiva da Sociedade (“Comitê”). O Comitê se reúne regularmente e tem como atribuições, entre outras, a discussão e acompanhamento das estratégias financeiras, das exposições existentes e das operações relevantes que envolvam aplicação, captação de recursos ou mitigação de riscos. O Comitê monitora mensalmente os parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de acompanhamento.
- As alterações da Política ou revisões dos seus parâmetros são sujeitas à aprovação do Conselho de Administração da Sociedade.
- O contínuo aprimoramento da Política é responsabilidade conjunta do Conselho de Administração, do Comitê e da diretoria financeira.
- A auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Risco de moedas

A maior parte das operações da Sociedade e suas controladas se localiza no Brasil e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos transacional, contábil e operacional da Sociedade e suas controladas às mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como suas principais exposições cambiais os ativos e passivos em moeda estrangeira e o fluxo de curto prazo das vendas líquidas em moeda estrangeira da Oxitenó.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira e investimentos líquidos em entidades no exterior, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados. Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais em 2015 e 2014:

Ativos e passivos em moeda estrangeira

em milhões de Reais	2015	2014
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção)	147,8	594,9
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda	188,8	190,3
Investimentos líquidos em controladas no exterior (exceto caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, financiamentos e contas a pagar)	611,4	507,3
	<u>948,0</u>	<u>1.292,5</u>
Passivos em moeda estrangeira		
Financiamentos em moeda estrangeira	(2.630,3)	(1.867,2)
Contas a pagar decorrentes de importações, líquidas de adiantamentos a fornecedores estrangeiros	(64,4)	(70,6)
	<u>(2.694,7)</u>	<u>(1.937,8)</u>
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial	<u>2.667,2</u>	<u>783,3</u>
Posição líquida ativa – total	<u>920,5</u>	<u>138,0</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Análise de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira

A tabela abaixo demonstra o efeito da variação cambial nos diferentes cenários, com base na posição líquida ativa de R\$ 920,5 milhões em moeda estrangeira:

em milhões de Reais	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> 10%	<u>Cenário II</u> 25%	<u>Cenário III</u> 50%
(1) Efeito no resultado	Depreciação do Real	(7,7)	(19,4)	(38,7)
(2) Efeito no patrimônio líquido		99,8	249,5	499,0
(1) + (2)		Efeito	92,1	230,1
(3) Efeito no resultado	Apreciação do Real	7,7	19,4	38,7
(4) Efeito no patrimônio líquido		(99,8)	(249,5)	(499,0)
(3) + (4)		Efeito	(92,1)	(230,1)

O ganho (perda) reconhecido diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão decorre das variações cambiais sobre o patrimônio líquido das controladas sediadas no exterior (vide notas explicativas nº 2.r e 22.f – ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira).

Risco de juros

A Sociedade e suas controladas adotam políticas conservadoras de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas são mantidas principalmente em operações vinculadas ao CDI, conforme divulgado na nota explicativa nº 4. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do Banco do Brasil, BNDES e outros órgãos de fomento, debêntures e captações em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota explicativa nº 14.

A Sociedade não gerencia ativamente os riscos associados a alterações no patamar das taxas de juros, procurando manter seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes. Em 31 de dezembro de 2015 a Sociedade e suas controladas possuíam instrumentos financeiros derivativos de taxa de juros vinculados a empréstimos nacionais, trocando os juros de certas dívidas pré-fixadas para taxa flutuante (CDI).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos financeiros, expostos a taxas de juros pós-fixadas em 2015 e 2014:

em milhões de Reais	Nota explicativa	2015	2014
CDI			
Equivalentes de caixa	4	2.497,9	2.690,6
Aplicações financeiras	4	801,6	902,7
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - CDI	30	30,6	114,2
Financiamentos e debêntures	14	(5.520,9)	(5.157,9)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção cambial - CDI	30	(2.225,1)	(749,6)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de taxas de juros pré-fixada para CDI	30	(27,8)	(486,1)
Posição líquida passiva em CDI		<u>(4.443,7)</u>	<u>(2.686,1)</u>
TJLP			
Empréstimos e financiamentos - TJLP	14	<u>(420,8)</u>	<u>(540,5)</u>
Posição líquida passiva em TJLP		<u>(420,8)</u>	<u>(540,5)</u>
LIBOR			
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - LIBOR	30	1.364,4	761,8
Empréstimos e financiamentos - LIBOR	14	<u>(1.587,1)</u>	<u>(814,3)</u>
Posição líquida passiva em LIBOR		<u>(222,7)</u>	<u>(52,5)</u>
TIIE			
Empréstimos e financiamentos – TIIE	14	<u>(27,1)</u>	<u>(32,3)</u>
Posição líquida passiva em TIIE		<u>(27,1)</u>	<u>(32,3)</u>
SELIC			
Empréstimos e financiamentos – SELIC	14	<u>(30,9)</u>	<u>-</u>
Posição líquida passiva em SELIC		<u>(30,9)</u>	<u>-</u>
Posição líquida passiva total exposta a juros pós- fixados		<u>(5.145,2)</u>	<u>(3.311,4)</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes

A tabela abaixo demonstra a despesa e a receita incremental que teria sido reconhecida no resultado financeiro em 2015, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes nos diferentes cenários:

em milhões de Reais	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> 10%	<u>Cenário II</u> 25%	<u>Cenário III</u> 50%
<u>Exposição a juros flutuantes</u>				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação CDI	33,6	84,0	168,1
Efeito no resultado das pontas ativas em CDI dos instrumentos de proteção cambial	Elevação CDI	2,1	5,2	10,4
Efeito nos juros da dívida em CDI	Elevação CDI	(71,1)	(177,7)	(355,4)
Efeito no resultado das pontas passivas em CDI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação CDI	(20,1)	(50,1)	(100,1)
Despesa incremental		<u>(55,5)</u>	<u>(138,6)</u>	<u>(277,0)</u>
Efeito nos juros da dívida em TJLP	Elevação TJLP	(3,0)	(7,4)	(14,8)
Despesa incremental		<u>(3,0)</u>	<u>(7,4)</u>	<u>(14,8)</u>
Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial	Elevação LIBOR	0,3	0,7	1,5
Efeito nos juros da dívida em LIBOR	Elevação LIBOR	(0,4)	(0,9)	(1,9)
Despesa incremental		<u>(0,1)</u>	<u>(0,2)</u>	<u>(0,4)</u>
Efeito nos juros da dívida em TIEE	Elevação TIEE	(0,1)	(0,3)	(0,7)
Despesa incremental		<u>(0,1)</u>	<u>(0,3)</u>	<u>(0,7)</u>
Efeito nos juros da dívida em SELIC	Elevação SELIC	(0,2)	(0,4)	(0,8)
Despesa incremental		<u>(0,2)</u>	<u>(0,4)</u>	<u>(0,8)</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade e suas controladas a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixa e bancos), aplicações financeiras, instrumentos de proteção e contas a receber.

Risco de crédito de instituições financeiras - Tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade ou suas controladas por insolvência. A Sociedade e suas controladas executam regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, etc. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

Risco de crédito de governos - A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou Aaa por agências de risco especializadas e em títulos do governo brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

Risco de crédito de clientes - Tais riscos são administrados por cada unidade de negócio através de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total.

A Sociedade manteve as seguintes provisões para perdas nas contas a receber:

	2015	2014
Ipiranga	151.921	136.104
Ultragaz	28.136	24.140
Oxiteno	12.412	4.522
Extrafarma	5.376	11.067
Ultracargo	2.971	2.611
Total	<u>200.816</u>	<u>178.444</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Risco de liquidez

As principais fontes de liquidez da Sociedade e suas controladas derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade e suas controladas acreditam que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

A Sociedade e suas controladas examinam, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideram diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de “*joint ventures*”, ou empresas coligadas, e financiam esses investimentos com o caixa gerado pelas suas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos.

A Sociedade e suas controladas acreditam possuir capital de giro suficiente para atender a suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses, incluindo juros estimados sobre financiamento totaliza R\$ 1.515,7 milhões. Adicionalmente, o plano de investimentos para 2016 totaliza R\$ 1.809 milhões. Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade e suas controladas possuíam R\$ 3.506,2 milhões em caixa, equivalentes de caixa e em aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide notas explicativas nº 4 e 14).

A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2015 da Sociedade e suas controladas, por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos em 31 de dezembro de 2015 no balanço patrimonial.

Passivos financeiros	em milhões de Reais				
	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos e juros estimados sobre financiamentos ^{(1) (2)}	11.111,8	1.515,7	7.578,1	1.949,1	68,9
Instrumentos de proteção ⁽³⁾	369,7	184,6	185,1	-	-
Fornecedores	1.460,5	1.460,5	-	-	-

⁽¹⁾ Para calcular os juros estimados sobre financiamentos utilizamos algumas premissas macroeconômicas, incluindo, na média para o período: (i) CDI de 16,4%, (ii) taxa de câmbio do Real frente ao dólar de R\$ 4,18 em 2016, R\$ 4,67 em 2017, R\$ 5,25 em 2018, R\$ 5,90 em 2019 e R\$ 6,64 em 2020, (iii) TJLP de 7,0% e (iv) IGP-M de 7,3% em 2016, 6,5% em 2017, 6,3% em 2018, 6,3% em 2019 e 6,3% em 2020 (fonte: BM&FBOVESPA, Boletim Focus e instituições financeiras).

⁽²⁾ Inclui pagamentos de juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até os respectivos pagamentos.

⁽³⁾ Os instrumentos de proteção foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e na curva futura do contrato DI x Pré, cotados na BM&FBOVESPA em 30 de dezembro de 2015, e na curva futura de LIBOR (ICE – *IntercontinentalExchange*) em 31 de dezembro de 2015. Na tabela acima foram considerados apenas os instrumentos de proteção com resultado negativo projetado no instante da liquidação.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Gestão de capital

A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e *benchmarks*. Os indicadores-chave relacionados ao objetivo de gestão da estrutura de capital são o custo médio ponderado do capital, endividamento líquido / LAJIDA, índice de cobertura de juros e relação dívida / patrimônio líquido. O endividamento líquido é formado pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 4) e empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures (vide nota explicativa nº 14). A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura também melhorar o seu retorno sobre capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos.

Seleção e utilização de instrumentos financeiros

Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade e suas controladas visam preservar valor e liquidez.

A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade e suas controladas podem utilizar contratos a termo, *swaps*, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade e suas controladas utilizam a terminologia “instrumentos de proteção” quando se referem a instrumentos financeiros derivativos.

Conforme mencionado na seção “Gestão de riscos e instrumentos financeiros – Governança” desta nota explicativa, o Comitê monitora mensalmente a aderência aos parâmetros de risco estabelecidos pela Política, através de um mapa de acompanhamento de riscos, incluindo a utilização de instrumentos de proteção. Em adição, a auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A tabela abaixo sumariza a posição dos instrumentos de proteção contratados pela Sociedade e suas controladas:

	Contraparte	Vencimento	Valor de referência (nacional) ¹		Valor justo		Valor a receber	Valor a pagar
			2015	2014	2015	2014	2015	
					R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões
Instrumentos de proteção								
a – Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos								
Ativos em dólares norte-americanos (LIBOR)	Bradesco, BTMU, Itaú, JP Morgan, Santander, Scotiabank	jan/2016 a nov/2018	US\$ 350,0	US\$ 290,0	1.364,4	761,8	1.364,4	-
Ativos em dólares norte-americanos (Pré)			US\$ 334,5	US\$ 50,6	1.335,1	136,6	1.335,1	-
Passivo em taxa de juros CDI			US\$ (684,5)	US\$ (340,6)	(2.225,1)	(749,1)	-	2.225,1
Resultado acumulado			-	-	474,4	149,3	2.699,5	2.225,1
b.1 e b.2 – Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos + CUPOM								
Ativo em taxa de juros CDI	Bradesco, Citibank, Itaú, Santander	jan/2016 a mar/2016	US\$ 7,9	US\$ 42,9	30,6	114,2	30,6	-
Passivo em dólares norte-americanos (Pré)			US\$ (7,9)	US\$ (42,9)	(32,3)	(115,6)	-	32,3
Resultado acumulado			-	-	(1,7)	(1,4)	30,6	32,3
c – Swap de juros em Reais								
Ativo em taxa de juros pré-fixada		mar/2016 a ago/2016	R\$ 27,5	R\$ 327,5	27,4	532,0	27,4	-
Passivo em taxa de juros CDI	Itaú		R\$ (27,5)	R\$ (327,5)	(27,8)	(486,1)	-	27,8
Resultado acumulado			-	-	(0,4)	45,9	27,4	27,8
d – Swaps cambiais ativos em euros								
Ativos em euro (Pré)			-	€0,2	-	0,5	-	-
Passivo em taxa de juros CDI			-	€(0,2)	-	(0,5)	-	-
Resultado acumulado	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado acumulado total bruto					472,3	193,8	2.757,5	2.285,2
Imposto de renda					(86,0)	(36,7)	(86,0)	-
Resultado acumulado total líquido					386,3	157,1	2.671,5	2.285,2
Resultado acumulado positivo (vide nota explicativa nº 4)					433,7	164,5		
Resultado acumulado negativo (vide nota explicativa nº 14)					(47,4)	(7,4)		

¹ Em milhões. Moeda conforme indicado.

Todas as operações acima foram devidamente registradas na CETIP S.A.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Estão descritos abaixo os instrumentos de proteção existentes em 31 de dezembro de 2015, de acordo com sua categoria, risco e estratégia de atuação:

a - Proteção à exposição cambial de passivos em moeda estrangeira - O objetivo destes contratos é (i) compensar o efeito da variação cambial de dívidas (ii) compromissos firmes em dólares norte-americanos, transformando-os em dívidas ou compromissos firmes em Reais indexados ao CDI (iii) transformar uma aplicação financeira indexada ao CDI dada em garantia de empréstimo em dólar, em aplicação financeira indexada ao dólar. Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade e suas controladas possuíam contratos de *swap* em aberto que totalizavam US\$ 684,5 milhões de principal com posição passiva, na média a 95,7% do CDI, sendo US\$ 334,5 milhões, com posição ativa a US\$ + 1,31% a.a. e US\$ 350,0 milhões com posição ativa a US\$ + LIBOR + 0,85% a.a. Deste total, US\$ 440,0 milhões referem-se aos instrumentos de *hedge* de valor justo de dívida da Ipiranga (vide notas explicativas nº 14.c e “Contabilidade de *hedge*” abaixo) e US\$ 151,4 milhões referem-se aos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa de compromissos firmes (vide “Contabilidade de *hedge*” abaixo).

b.1 - Proteção à exposição cambial operacional - O objetivo destes contratos é igualar, no prazo do ciclo operacional, a taxa de câmbio do faturamento das controladas Oleoquímica, Oxiteno S.A. e Oxiteno Nordeste à taxa de câmbio do custo de suas principais matérias-primas. Em 31 de dezembro de 2015, estes contratos de *swap* totalizavam US\$ 7,9 milhões e tinham na média uma posição ativa a 75,7% do CDI e passiva a US\$ + 0,0% a.a.

b.2 - Proteção à exposição cambial dos investimentos líquidos em entidades no exterior – O objetivo destes contratos é minimizar o efeito da variação cambial dos investimentos em controladas no exterior realizados em moeda funcional diferente da Sociedade, transformando-os em investimentos em Reais. Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade e suas controladas não possuíam contratos em aberto.

c - Proteção à taxa de juros fixa em empréstimo nacional – O objetivo destes contratos é transformar a taxa de juros de empréstimos contratados em Reais de fixa para flutuante. Em 31 de dezembro de 2015 estes contratos de *swap* totalizavam R\$ 27,5 milhões de valor *nocional*, correspondente ao valor do principal das dívidas objeto e, na média, tinham uma posição ativa em 8,0% a.a. e passiva a 88,8% do CDI.

d - Proteção à exposição cambial de passivos em moeda estrangeira – O objetivo destes contratos é compensar o efeito da variação cambial de dívidas ou compromissos firmes em euro, transformando-os em dívidas ou compromissos firmes em Reais indexados ao CDI. Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade e suas controladas não possuíam contratos em aberto.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Contabilidade de proteção (*hedge accounting*)

A Sociedade e suas controladas verificam, ao longo de toda a duração do *hedge*, a eficácia de seus instrumentos financeiros derivativos, bem como suas alterações de valor justo. A Sociedade e suas controladas designam como *hedge* de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros e câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais e dólares norte-americanos.

Em 31 de dezembro de 2015, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de valor justo totalizavam US\$ 440,0 milhões de valor *nominal*, sendo reconhecida no resultado em 2015, uma receita de R\$ 285,3 milhões referente ao resultado dos instrumentos de proteção, uma despesa de R\$ 4,6 milhões referente ao ajuste de valor justo da dívida e uma despesa de R\$ 403,2 milhões referente a resultado financeiro da dívida, transformando o custo médio efetivo da operação em 102,5% do CDI (vide nota explicativa nº 14.c.1).

Em 31 de dezembro de 2015, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio de compromissos firmes designados como *hedge* de fluxo de caixa totalizavam US\$ 151,4 milhões, sendo reconhecida no resultado em 2015 uma receita de R\$ 120,2 milhões, restando um saldo acumulado em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 6,3 milhões em 31 de dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, referentes a parte dos investimentos realizados em entidades que possuem moeda funcional diferente do Real era zero, sendo reconhecida no resultado em 2015 uma despesa de R\$ 31,3 milhões. Os efeitos da variação cambial do investimento e do instrumento de proteção se compensaram no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2015, os instrumentos de proteção de taxa de juros totalizavam R\$ 27,5 milhões de valor *nominal* referentes ao principal dos empréstimos pré-fixados em Reais, sendo reconhecida no resultado em 2015 uma receita de R\$ 2,0 milhões referente ao resultado dos instrumentos de proteção, uma despesa de R\$ 0,9 milhão referente ao ajuste de valor justo da dívida e uma despesa de R\$ 25,0 milhões referente a apropriação de juros da dívida, transformando o custo médio efetivo das operações em 88,8% do CDI.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Ganhos (perdas) de instrumentos de proteção

As tabelas abaixo sumarizam os valores dos ganhos (perdas) que afetaram o patrimônio líquido e a demonstração de resultado em 2015 e de 2014 da Sociedade e suas controladas:

	R\$ milhões	
	2015	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	(143,1)	6,3
b - <i>Swaps</i> cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	(2,2)	(31,3)
c - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii)	1,1	-
Total	(144,2)	(25,0)

	R\$ milhões	
	2014	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	(51,2)	-
b - <i>Swaps</i> cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	6,6	(7,3)
c - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii)	13,3	-
Total	(31,3)	(7,3)

A tabela acima: (i) não considera o efeito da variação cambial nos *swaps* cambiais ativos em dólares norte-americanos, quando tal efeito é compensado no resultado do objeto protegido (dívida/compromissos firmes), (ii) considera o efeito da designação dos *hedges* cambiais e (iii) considera o efeito da designação dos *hedges* de juros em Reais.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros, em 2015 e 2014 estão demonstrados a seguir:

	Categoria	Nota explica- tiva	2015		2014	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	4	192.016	192.016	133.296	133.296
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	2.497.903	2.497.903	2.690.638	2.690.638
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	12.974	12.974	3.435	3.435
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	4	790.969	790.969	892.065	892.065
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até o vencimento	4	10.618	10.618	10.618	10.618
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	4	35.013	35.013	505.574	505.574
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	433.669	433.669	164.496	164.496
Total			3.973.162	3.973.162	4.400.122	4.400.122
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	1.715.405	1.715.405	1.132.644	1.132.644
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	14	4.846.649	4.686.178	4.904.248	4.878.005
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	14	2.246.215	2.233.313	2.283.852	2.281.353
Arrendamento mercantil financeiro	Mens. pelo custo amortizado	14	45.894	45.894	47.044	47.044
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	47.445	47.445	7.424	7.424
Bônus de subscrição - indenização	Mens. ao valor justo por meio do resultado	3.a	112.233	112.233	92.072	92.072
Total			9.013.841	8.840.468	8.467.284	8.438.542

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Sociedade entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- Para cálculo do valor justo das notas no mercado externo da LPG em 2014 foi utilizado o preço observado destes títulos em mercado ativo. Em 2015 as notas foram liquidadas no seu vencimento (vide nota explicativa nº 14.b).
- Os saldos de bônus de subscrição - indenização foram mensurados utilizando-se o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) na data-base das demonstrações financeiras, ajustado pelo *dividend yield*, uma vez que seu exercício é possível somente a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. A quantidade de ações dos bônus de subscrição - indenização também é ajustada conforme a variação dos montantes de provisões e passivos contingentes para riscos tributários, cíveis e trabalhistas relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Devido à decisão desfavorável definitiva de alguns desses processos, em 31 de dezembro de 2015 o número máximo de ações que poderão ser emitidas no futuro referentes aos bônus de subscrição - indenização é de até 3.070.106 ações. Para maiores informações sobre a aquisição da Extrafarma vide nota explicativa 3.a.

O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção e financiamentos foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado em 31 de dezembro de 2015 e de 2014. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade e suas controladas podem utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Os instrumentos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de (i) todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) aplicações financeiras classificadas como mensuradas a valor justo por meio do resultado, (iii) aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda, que são mensuradas ao valor justo através de outros resultados abrangentes (vide nota explicativa nº 4), (iv) financiamentos mensurados ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 14); (v) garantias de clientes que possuem *vendor* (vide nota explicativa nº 14.k), que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e (vi) bônus de subscrição - indenização, que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 3.a). As aplicações financeiras classificadas como mantidas até o vencimento estão mensuradas pelo custo amortizado. Caixa, bancos e contas a receber de clientes estão classificados como empréstimos e recebíveis. Fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- (a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- (b) Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- (c) Nível 3 - *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos financeiros e passivos financeiros mensurados a valor justo da Sociedade e de suas controladas em 2015 e 2014:

	Categoria	Nota explicativa	2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	4	192.016	192.016	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	2.497.903	2.497.903	-	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	12.974	12.974	-	-
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	4	790.969	790.969	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até o vencimento	4	10.618	10.618	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	4	35.013	25.615	9.398	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	433.669	-	433.669	-
Total			3.973.162	3.530.095	443.067	-
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	1.715.405	-	1.715.405	-
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	14	4.686.178	-	4.686.178	-
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	14	2.233.313	-	2.233.313	-
Arrendamento mercantil	Mens. pelo custo amortizado	14	45.894	-	45.894	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	47.445	-	47.445	-
Bônus de subscrição – indenização ⁽¹⁾	Mens. ao valor justo por meio do resultado	3.a	112.233	-	112.233	-
Total			8.840.468		8.840.468	-

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Categoria	Nota explicativa	2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	4	133.296	133.296	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	2.690.638	2.690.638	-	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	3.435	3.435	-	-
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	4	892.065	892.065	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até o vencimento	4	10.618	10.618	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	4	505.574	146.782	358.792	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	164.496	-	164.496	-
Total			<u>4.400.122</u>	<u>3.876.834</u>	<u>523.288</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	1.132.644	-	1.132.644	-
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	14	4.878.005	707.281	4.170.724	-
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	14	2.281.353	-	2.281.353	-
Arrendamento mercantil	Mens. pelo custo amortizado	14	47.044	-	47.044	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	7.424	-	7.424	-
Bônus de subscrição – indenização ⁽¹⁾	Mens. ao valor justo por meio do resultado	3.a	92.072	-	92.072	-
Total			<u>8.438.542</u>	<u>707.281</u>	<u>7.731.261</u>	<u>-</u>

⁽¹⁾ Referem-se aos bônus de subscrição emitidos na aquisição da Extrafarma. Para maiores informações sobre a aquisição da Extrafarma vide nota explicativa 3.a.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Análise de sensibilidade

A Sociedade e suas controladas utilizam-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade, conforme exigida pela Instrução CVM nº 475/08, para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Sociedade analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável as taxas de câmbio Real/dólar norte-americano para o vencimento de cada derivativo, utilizando os contratos futuros de dólar norte-americano, cotados na BM&FBOVESPA em 31 de dezembro de 2015. Como referência, a taxa de câmbio para o último vencimento de instrumentos de proteção cambial é de R\$ 5,49 no cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma apreciação ou depreciação adicional de 25% e 50% do Real em relação ao cenário provável, respeitando o risco ao qual o objeto protegido está exposto.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de dezembro de 2015, foram substituídas as taxas de câmbio e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 31 de dezembro de 2015 em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos principais instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações da taxa de câmbio nos diferentes cenários:

	<u>Risco</u>	<u>Cenário I (Provável)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos				
(1) Swaps dólar norte-americano/Real	Apreciação	578.420	1.392.762	2.207.105
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar norte-americano	do dólar	(578.426)	(1.392.789)	(2.207.152)
(1)+(2)	Efeito líquido	<u>(6)</u>	<u>(27)</u>	<u>(47)</u>
Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos				
(3) Swaps Real/dólar norte-americano	Depreciação do	(728)	7.189	15.107
(4) Margem bruta da Oxiten	dólar	728	(7.189)	(15.107)
(3)+(4)	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção à taxa de juros em Reais, a Sociedade utilizou a curva futura do contrato DI x Pré da BM&FBOVESPA em 30 de dezembro de 2015 para os vencimentos de cada swap e de cada dívida (objeto de proteção), para fins de definição do cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa de taxa pré-fixada do cenário provável.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Com base nos três cenários de taxas de juros em Reais a Sociedade estimou os valores de suas dívidas e dos instrumentos de proteção conforme o risco que está sendo protegido (variações nas taxas de juros pré-fixadas em Reais), levando-os a valor futuro pelas taxas contratadas e trazendo-os a valor presente pelas taxas de juros dos cenários projetados. O resultado está demonstrado na tabela abaixo:

	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Swap de taxa de juros (em Reais)				
(1) Swap taxa fixa - CDI	Redução da taxa	-	250	553
(2) Dívida a taxa fixa	pré-fixada	-	(250)	(553)
(1)+(2)	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

31 Compromissos (Consolidado)

a. Contratos

A controlada Tequimar possui contratos com a CODEBA e com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu e Suape, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga, conforme tabela abaixo:

Porto	Movimentação mínima em toneladas por ano	Vencimento
Aratu	100.000	2016
Aratu	900.000	2022
Suape	250.000	2027
Suape	400.000	2029

Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 31 de dezembro de 2015, essas tarifas eram de R\$ 6,99 e R\$ 2,90 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente. A controlada tem cumprido os limites mínimos de movimentação de carga desde o início dos contratos.

A controlada Oxitenor Nordeste possui contrato de fornecimento com a Braskem S.A., que estabelece consumo anual mínimo de eteno, apurado trimestralmente, e regula condições de fornecimento de eteno até 2021. A cláusula de compromisso mínimo de compra previa em 2015 um consumo anual mínimo de 190 mil toneladas e máximo de 205 mil toneladas. Os compromissos mínimos de compra e as demandas reais acumuladas em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, expressos em toneladas de eteno, estão a seguir indicados. No caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa de 40% do preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. O compromisso mínimo de compra para o 4º trimestre de 2015 foi revisto para adequação dos interesses da Braskem S.A. e da controlada Oxitenor Nordeste, não havendo pendências.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em toneladas de eteno	Compromisso de compra mínima (*)		Demanda acumulada (real)	
	2015	2014	2015	2014
1º trimestre	37.743	52.048	44.352	52.196
2º trimestre	46.596	48.450	51.112	48.450
3º trimestre	47.890	51.225	48.507	51.225
4º trimestre	47.890	53.353	41.950	53.353
Total	180.119	205.076	185.921	205.224

(*) Ajustado em decorrência de paradas operacionais ocorridas na Braskem S.A. durante os períodos.

A controlada Oxiten S.A. possui contrato de fornecimento de eteno com a Braskem S.A., com vencimento em 2023, que prevê e regula as condições do fornecimento de eteno à Oxiten tendo como base o mercado internacional deste produto. A quantidade mínima de compra é de 22.050 toneladas de eteno semestrais. Os compromissos mínimos de compra e as demandas reais acumuladas em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, expressos em toneladas de eteno, estão a seguir indicados. Em caso de descumprimento, a controlada obriga-se a pagar multa de 30% do preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. Em acordo com a Braskem S.A., no 1º semestre de 2015 foi considerado o volume de eteno adquirido conjuntamente pela Oxiten S.A e Oxiten Nordeste para fins de compromisso mínimo de compra. Desta forma, a controlada cumpriu os limites mínimos de compra do contrato.

Em toneladas de eteno	Compromisso de compra mínima (*)		Demanda acumulada (real)	
	2015	2014	2015	2014
1º semestre	20.101	22.050	17.669	22.085
2º semestre	17.376	17.017	19.482	17.169
Total	37.477	39.067	37.151	39.254

(*) Ajustado em decorrência de paradas operacionais ocorridas na Braskem S.A. durante os períodos.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Cobertura de seguros em controladas

A Sociedade contrata apólices de seguro, visando cobrir diversos riscos aos quais está exposta, incluindo lucros cessantes, perdas e danos causados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, queda de aeronave e danos elétricos, entre outros, garantindo as plantas industriais, bases de distribuição e filiais de todas as controladas. Os valores máximos indenizáveis, com base na análise de risco da perda máxima possível de determinados locais, são assim demonstrados:

	Valor máximo indenizável (*)
Oxiten	US\$ 1.062
Ipiranga	R\$ 769
Ultracargo	R\$ 550
Ultragaz	R\$ 300
Extrafarma	R\$ 125

(*) em milhões. Conforme condições das apólices.

O programa de Seguro de Responsabilidade Civil Geral atende à Sociedade e suas controladas, com valor de cobertura global máximo de US\$ 400 milhões, cobrindo os prejuízos que eventualmente possam ser causados a terceiros decorrentes de acidentes relacionados às operações comerciais e industriais e/ou à distribuição e comercialização de produtos e serviços.

São mantidas apólices de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O) para indenizar os membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretores executivos da Ultrapar e de suas controladas (“Segurados”) no valor total de US\$ 50 milhões, que cobrem qualquer dos Segurados pelas responsabilidades resultantes de atos danosos, incluindo qualquer ato, omissão ou qualquer reclamação, contra os mesmos apenas em razão de sua função, salvo se o ato, omissão ou a reclamação for consequência de negligência ou dolo.

São contratados, também, seguros nas modalidades de vida e acidentes pessoais, saúde, transportes nacionais e internacionais, entre outros.

As coberturas e limites segurados nas apólices contratadas são baseados em criterioso estudo de riscos e perdas realizado por consultores independentes de seguros, sendo a modalidade de seguro contratada considerada, pela administração, suficiente para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades realizadas pelas empresas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Contratos de arrendamento mercantil operacional

As controladas Cia. Ultragaz, Tequimar, Serma e Oxitenio S.A. mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados ao uso de equipamentos de informática. Esses contratos têm prazos de 36 e 45 meses. As controladas têm a opção de comprar os ativos por um preço equivalente ao valor justo na data da opção e a administração não possui a intenção de exercê-la. As controladas Cia. Ultragaz e Bahiana possuem contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos veículos utilizados nas suas frotas. Esses contratos têm prazos de 24 a 60 meses e não existe a opção de compra desses veículos. Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, totalizam aproximadamente:

	<u>até 1 ano</u>	<u>de 1 a 5 anos</u>	<u>acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
2015	19.212	29.319	-	48.531

As controladas IPP, Extrafarma e Cia. Ultragaz mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos imóveis dos postos de serviços, farmácias e pontos de venda, respectivamente. Os desembolsos e recebimentos futuros (contraprestações), decorrentes desses contratos, totalizam aproximadamente:

		<u>até 1 ano</u>	<u>de 1 a 5 anos</u>	<u>acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
2015	a pagar	95.476	271.286	140.179	506.941
	a receber	(48.913)	(150.594)	(73.221)	(272.728)

O total de arrendamento mercantil operacional, reconhecido como despesa (líquido da receita) em 2015, foi R\$ 100.522 (R\$ 72.969 em 2014).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

32 Ultracargo - incêndio em Santos

Em 2 de abril de 2015, uma parte das instalações de armazenamento operadas pela Ultracargo em Santos, no Estado de São Paulo, sofreu um incêndio de nove dias que se espalhou em seis tanques de etanol e gasolina. Os seis tanques representavam 4% da capacidade total da Ultracargo no Brasil em 31 de dezembro de 2014. Não houve vítimas e a causa do acidente e seus impactos ainda estão sendo investigados, incluindo a extensão das perdas operacionais, danos aos ativos, potenciais danos ambientais (vide nota explicativa nº 20.b.2.2) e outros passivos e danos à sua reputação. A Sociedade mantém apólices de seguro para cobrir determinados riscos que suas controladas estão expostas (vide nota explicativa nº 31.b).

Em 9 de abril de 2015, a Prefeitura Municipal de Santos suspendeu as atividades da Ultracargo naquela cidade. As operações da Ultracargo em Santos compreendem duas áreas separadas. Em 27 de abril de 2015 foi publicada no Diário Oficial de Santos, autorização dada pela Prefeitura Municipal de Santos para a Ultracargo retomar as atividades na área não afetada pelo acidente. As operações ainda suspensas correspondem a 185 mil metros cúbicos de capacidade, ou 22,5% da capacidade total da Ultracargo no Brasil.

A Ultracargo finalizou a elaboração do plano de descomissionamento, que consiste na retirada dos equipamentos e estruturas da parte do terminal atingido pelo incêndio, e o submeteu à aprovação das autoridades competentes. Este processo irá permitir que os peritos do Instituto de Criminalística finalizem os trabalhos de investigação para apurar as causas do incidente.